

Sumário

Número de notícias: 27 | Número de veículos: 19

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - LOCAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Defensoria quer anular leilão do Holiday 3

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS libera consulta ao 139 dos aposentados a partir do dia 17 4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
SEGURIDADE SOCIAL

Justiça do Trabalho movimenta R\$ 11 bi por meio de conciliação 5

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Veja quanto o aposentado do INSS deve receber de 13º em 2025 7

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS: veja calendário com as datas de pagamento de abril de 2025 9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - MUNDO
SERVIDOR PÚBLICO

Vitórias na Justiça 10

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Trabalhadores de Ananindeua paralisam por melhores salários 12

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Único país do mundo 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Brasil cai em ranking de investimento estrangeiro 15

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alíquota do IR não causa bitributação, diz Appy 18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tributos, aluguéis e inflação desafiam comerciantes 19

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

É um erro excluir receita do Judiciário das regras fiscais (Editorial) 20

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Derrotas da União na Justiça já custam 2,5% do PIB ao ano 21

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Senado alinha projetos para avançar na regulamentação do devedor contumaz 23

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

China mantém retaliação e Trump confirma que tarifa total de 104% entra em vigor hoje 25

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Doses maiores do que o necessário (Artigo) 28

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

"Previdência tira investimento da infraestrutura" 30

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

GUERRA COMERCIAL 32

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

'É POSSÍVEL QUE OS EUA CAMINHEM PARA UM ESTADO DE ESTAGFLAÇÃO' 35

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Dívida volta a subir e atinge 76,2% do PIB em fevereiro 37

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Guerra comercial é um cenário realista (Artigo) 39

O ESTADO DE S. PAULO - COLUNA DO ESTADÃO
POLÍTICA

União preparou líder da sigla para substituir Juscelino em ministério e fortalecer Rueda -
COLUNA DO ESTADÃO 41

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Repasse cambial para preços pode ficar pelo caminho 43

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Powell tem dilema entre defender economia e conter inflação 45

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Escalada de taxaço pesa contra bolsas 47

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
ECONOMIA

Bolsas dão sinais de recupera  o 49

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Produ  o industrial recua 0,2% em fevereiro no Estado 50

Defensoria quer anular leilão do Holiday

MAREU ARAÚJO

A Defensoria Pública de Pernambuco (DPPE) entrou com pedido para anular a compra do Edifício Holiday, em Boa Viagem, Zona Sul do Recife, no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Esta é a segunda impugnação contra o arremate do imóvel, que foi adquirido por R\$ 21.538.616,05 em leilão realizado em fevereiro deste ano.

O pedido foi apresentado no dia 1º de abril. Nele, o defensor público José Fernando Nunes Debli alega "configuração de preço vil" e afirma que o baixo capital da empresa arrematante causaria "fundadas dúvidas" quanto à sua capacidade financeira. Ele também pede para que a Prefeitura não reserve o valor da venda para quitar as dívidas tributárias do imóvel.

A empresa compradora, a DG IV Ltda, tem sede em Caaporã, na divisa entre a Paraíba e Pernambuco, e declara capital social de apenas R\$ 1 mil na **Receita Federal** (RF). Ela, no entanto, faz parte de um grupo econômico maior e tem como sócios-administradores os empresários José Romero Dias Gomes da Silva e José Roberto Dias Gomes da Silva, ligados ao comércio atacadista de combustíveis.

Em março, o empresário individual Hélio Gomes dos Santos EPP também apresentou impugnação ao auto de arrematação com motivos semelhantes. Os pedidos dele e da Defensoria ainda não foram apreciados pelo TJPE.

VALORES

No processo, a DPPE considera que a proposta da arrematante equivale a pouco mais de 13% do que seria o valor real do Edifício Holiday, estimado pelo órgão em R\$ 162,2 milhões. Com 5.054,72 m² de área de terreno, o imóvel tem 17 pavimentos, 442 apartamentos de 18 m², 34 de 36 m² e mais 17 lojas e boxes.

Para o cálculo, a DPPE considera que o metro quadrado na região ultrapassa R\$ 8 mil. "Isoladamente, o terreno custaria, no mínimo, R\$ 40.437.760,00", diz Debli, na ação. Já o valor atribuído à área construída do edifício, de 15.221,80 m², seria de mais de R\$ 121 milhões.

No pedido, o defensor público também afirma que não existiria "qualquer comprovação da origem dos recursos utilizados na arrematação" e "nem da

capacidade patrimonial da empresa para suportar o investimento".

Debli alega ainda que o imóvel foi interditado judicialmente em 2019, motivo pelo qual a PCR não deveria cobrar o IPTU dos anos seguintes. "Nessa medida, é absolutamente descabida a pretensão do ente municipal de ver reservada e transferida parte do produto da arrematação para a satisfação desses créditos indevidos", alega.

O Diário procurou a empresa DG IV que não se manifestou. Já a Prefeitura respondeu, em nota, que "o pedido de reserva de valores decorrentes da arrematação do Edifício para a quitação de créditos tributários está amparado no artigo 130 do Código Tributário Nacional. O texto estabelece que, em casos de alienação judicial de bem imóvel, os créditos de IPTU e taxas vinculadas devem ser pagos com os recursos obtidos na própria venda". A nota diz ainda que "a legislação prevê exceções a essa regra, como quando há comprovação de quitação dos **tributos** no título ou quando o edital da alienação afasta expressamente a sub-rogação".

Site:

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/vidaurbana/2025/04/defensoria-quer-anular-leilao-do-holiday.html>

INSS libera consulta ao 13º dos aposentados a partir do dia 17

O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) começará a liberar a consulta ao valor da primeira parcela do 13º de aposentados, pensionistas e demais segurados no próximo dia 17. A consulta é feita no aplicativo ou site Meu **INSS** com CPF e senha do portal Gov.br.

O governo federal irá antecipar as duas parcelas do 13º para abril e maio, conforme decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinado na semana passada. A antecipação para o primeiro semestre tem sido feita desde 2020.

A primeira parcela será depositada entre os dias 24 de abril e 8 de maio, e a segunda, entre 26 de maio e 6 de junho. O pagamento é feito seguindo o calendário anual do **INSS** e leva em consideração o número final do benefício, sem incluir o dígito verificador.

A gratificação natalina será paga a cerca de 34,2 milhões de segurados e injetará R\$ 73,3 bilhões na economia. A primeira parcela do 13º é paga sem nenhum desconto e corresponde à metade do benefício de quem já estava aposentado em janeiro deste ano. Para quem ainda não recebia benefício, os valores liberados de 13º são proporcionais, conforme a quantidade de meses em que o segurado passou a receber a aposentadoria, pensão ou o auxílio do **INSS**.

A segunda parcela tem desconto do IR, no caso de quem está obrigado a pagar. Neste ano, a tabela do Imposto de Renda foi atualizada pelo governo, com elevação da faixa de isenção e desconto-padrão de R\$ 528 sobre os rendimentos, o que fará com que os contribuintes paguem menos imposto.

Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=3105#book/>

Justiça do Trabalho movimentou R\$ 11 bi por meio de conciliação

Luiza Calegari e Tiago Ângelo

A conciliação na Justiça do Trabalho movimentou, no ano de 2024, um total de R\$ 11,4 bilhões. O valor refere-se apenas aos acordos feitos nos Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (Cejuscs-JT). O montante é 65,3% maior do que o de 2023, quando as negociações chegaram a R\$ 6,9 bilhões.

Os dados foram consolidados pela vice-presidência do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). Segundo o levantamento, no ano passado foram realizadas 423.777 audiências, 24,7% a mais do que as 339.687 de 2023. Ao todo, foram homologados 133.862 acordos em 2024, um aumento de 12% em relação ao ano anterior.

Os acordos são importantes, segundo especialistas, para reduzir o acervo de processos na Justiça do Trabalho e o tempo médio de tramitação - que na primeira instância foi de 163 dias em 2024, ante a 193 dias do ano anterior. Além de resultar em arrecadação para os cofres públicos. Segundo o TST, os acordos em 2024, resultaram em mais de R\$ 1 bilhão em contribuições previdenciárias e R\$ 600 milhões em Imposto de Renda.

"Muitas vezes, esses acordos envolvem o pagamento de valores que, ao final, contribuem para a **Previdência Social**", diz o vice-presidente do TST, ministro Maurício Godinho Delgado, acrescentando que o acervo processual poderia ser ainda maior se a quantidade de acordos não tivesse crescido. "Acordos homologados representam diminuição do acervo processual, uma vez que representam o encerramento do processo. O acordo tem força de sentença."

Para advogados, chama a atenção o aumento do valor médio dos acordos. Ele passou de quase R\$ 57 mil, em 2023, para cerca de R\$ 85 mil no ano passado, segundo estimativas de Paulo Peressin, sócio trabalhista do Lefosse. Ele aponta que o aumento no valor médio é consequência do próprio aumento no volume de conciliações, que, por sua vez, reflete a retomada dos litígios trabalhistas.

As ações sofreram uma queda brusca após a edição da reforma trabalhista (Lei nº 14.347), em 2017. Desde

então, no entanto, o número de processos vem aumentando progressivamente, ultrapassando a marca de 4 milhões de novos processos pela primeira vez em 2024, segundo estatísticas do TST. "Com mais ações tramitando, mais casos são enviados ao Cejusc, e as pessoas arriscam um pouco mais e pedem valores mais altos", diz Peressin.

Maurício Corrêa da Veiga, advogado trabalhista e sócio do Corrêa da Veiga Advogados, acredita que a lentidão na tramitação dos processos faz com que a conciliação se torne uma opção atrativa. "Apesar de a Justiça do Trabalho ser a mais célere do país, ainda assim, o tempo é grande e é melhor para as partes conciliarem do que esperar o processo chegar até o TST e depois demorar anos na fase de execução", afirma.

Ele acrescenta que a conciliação tem a vantagem de evitar o desgaste de uma tramitação processual. Além disso, com os novos critérios de correção monetária, trazidos pela Lei nº 14.905, que alterou o Código Civil, é melhor para as partes finalizarem o processo o quanto antes. "Contudo, se a ação for tema de grande controvérsia, as partes preferem não conciliar e aguardar todo o trâmite processual", diz.

Para o ministro Maurício Godinho Delgado, o aumento reflete maior conscientização sobre a importância da conciliação, que dá protagonismo às partes na construção de um acordo equilibrado. "Os Cejuscs atuam arduamente no aprimoramento dos seus fluxos de trabalho, sistemas e capacitação de conciliadores, o que também impacta neste aumento em relação a 2023", afirma.

O TST também divulgou dados referentes aos Estados. Entre os Tribunais Regionais do Trabalho, o maior valor arrecadado foi registrado pelo da 10ª Região (TRT-10), que abrange o Distrito Federal e Tocantins, com R\$ 3,86 bilhões acordados.

Em seguida, aparecem o TRT da 15ª Região, com sede em Campinas (SP), com movimentação de R\$ 1,21 bilhão, e o TRT de São Paulo (3ª Região), com acordos de R\$ 1,18 bilhão.

O TRT-15 também liderou em número de acordos homologados, com 18.565, e apresentou o maior percentual de conciliação entre os regionais (51,8%).

Já o TRT de São Paulo alcançou índice de conciliação de 50,7%.

O maior número de audiências realizadas em 2024 foi registrado pelo TRT de Goiás (18a Região): 71.163 ao longo do ano, com índice de conciliação de 21,4%. O Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (9a Região) teve o maior número de conciliadores em atuação (98), com percentual de acordos de 19%.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188162?page=6
§ion=4](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188162?page=6§ion=4)**

Veja quanto o aposentado do INSS deve receber de 13º em 2025

Ana Paula Branco

Cristiane Gercina

Júlia Galvão

Aposentados, pensionistas e demais beneficiários do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) começam a receber o 13º de 2025 a partir do dia 24 de abril. São duas parcelas -em abril e maio- pagas no primeiro semestre, conforme decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinado na semana passada.

Quem ganha até um salário mínimo (R\$ 1.518) recebe primeiro. Depois, é pago o valor a quem recebe acima do mínimo até o teto do **INSS**, que neste ano está em R\$ 8.157,41. A consulta ao benefício será liberada a partir de 17 de abril.

A gratificação natalina é pago em duas parcelas será paga a cerca de 34,2 milhões de segurados e injetará R\$ 73,3 bilhões na economia.

A primeira parcela será depositada entre os dias 24 de abril e 8 de maio, e a segunda, de entre 26 de maio e 6 de junho. O pagamento é feito seguindo o calendário anual do **INSS** e leva em consideração o número final do benefício, sem incluir o dígito verificador.

Quem já estava aposentado em janeiro deste ano receberá o valor integral do 13º, sendo 50% na primeira parcela e o restante na segunda -que pode ter o desconto do Imposto de Renda, caso o segurado seja obrigado a pagar o imposto.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

A pedido da Folha o advogado Wagner da Silva e Souza, sócio do escritório Roberto de Carvalho Santos e Wagner Souza Sociedade de Advogados, simulou o valor que será pago por parcela em alguns cenários.

Por exemplo, um aposentado de 63 anos, com benefício no valor de R\$ 4.000, tem desconto do IR. Conforme os cálculos, ela irá receber R\$ 2.000 na

primeira parcela do 13º e R\$ 1.866,16 na segunda .

Quem se aposenta a partir de fevereiro recebe um valor proporcional ao número de meses em que terá o benefício até o final do ano. Neste caso, o pagamento da gratificação natalina é feito em novembro.

O segurado com auxílio-doença também tem um outro cálculo no pagamento, que leva em conta um número proporcional de meses, já que se trata de um benefício temporário.

O **INSS** afirma que não há previsão de pagamento de "14º salário" no fim do ano, conforme vem sendo difundido em redes sociais e plataformas de vídeo e texto.

"Essas informações não são verdadeiras. Sempre confira informações recebidas em grupos em fontes oficiais como os canais oficiais do governo federal", afirma o órgão.

O que havia era um projeto de lei para o pagamento de uma 14ª parcela na pandemia de Covid-19, que chegou a ser debatido até o ano de 2022, mas não avançou.

O presidente do Sindnapi (Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos), Milton Cavallo, alerta justamente os aposentados sobre o não pagamento de nenhuma gratificação no final do ano.

Segundo ele, a entidade é favorável ao adiantamento das parcelas do 13º, mas teme que o aposentado chegue ao fim do ano sem dinheiro.

"Alertamos para que as pessoas usem esse dinheiro de forma consciente, pois receberão apenas a aposentadoria no final do ano", diz.

A gratificação natalina é paga a todos os segurados da Previdência, com exceção dos que recebem BPC (Benefício de Prestação Continuada) e Renda Mensal Vitalícia.

Quem se aposentou em janeiro deste ano ou em anos anteriores tem direito de receber exatamente o valor do benefício. Já quem se aposenta a partir de fevereiro recebe um valor proporcional.

Segurado com auxílio-doença também têm um outro cálculo no pagamento, que leva em conta um número proporcional de meses, já que se trata de um benefício temporário.

Quem se aposenta após o pagamento das duas parcelas recebe o seu 13º em novembro.

O primeiro pagamento do 13º salário é feito considerando o mês em que o aposentado começou a receber o benefício. Se já estava aposentado em janeiro daquele ano, receberá o valor integral, sendo 50% na primeira parcela e o restante na segunda.

A segunda parcela pode ter o desconto do Imposto de Renda, caso o segurado seja obrigado a pagar o tributo. Para quem se aposentou neste ano, a partir de fevereiro, o pagamento do 13º salário é proporcional ao número de meses em que ganhou o benefício até o final do ano.

Normalmente, a consulta para saber o valor exato que será pago é liberada próxima à data de pagamento, sendo que quem recebe o salário mínimo costuma saber o valor antes dos outros beneficiados. Após o primeiro dia de pagamento, o **INSS** libera o extrato atualizado para todos os segurados.

A consulta poderá ser feita pelo aplicativo ou site Meu **INSS**, que pode ser baixado nas lojas Play Store (Android) e App Store (iOS). O desenvolvedor é Serviços e Informações do Brasil.

É preciso ter cadastro no Portal Gov.br para conseguir o acesso no celular e no site. Clique aqui para saber como criar uma conta.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/04/veja-quanto-o-aposentado-do-inss-deve-receber-de-13o-em-2025.shtml>

INSS: veja calendário com as datas de pagamento de abril de 2025

Colaboração para o UOL

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) divulgou o cronograma completo de depósitos referente ao ano de 2025, incluindo as datas de pagamento do mês de abril.

Os valores serão liberados de forma escalonada, conforme o penúltimo dígito do Número de Benefício (NB), como já é padrão, garantindo uma liberação ordenada dos recursos.

Os pagamentos para aposentados, pensionistas e demais beneficiários que recebem até um salário mínimo terão início em 24 de abril e seguirão até 8 de maio. Já aqueles cujo benefício supera o valor do piso nacional receberão entre os dias 2 e 8 de maio. Atualmente, o **INSS** realiza mais de 40 milhões de pagamentos mensais, dos quais cerca de 28,2 milhões são destinados a quem ganha até o mínimo, e 12,3 milhões para beneficiários com valores superiores.

Para identificar a data correta de recebimento, o segurado deve observar o número final do cartão do benefício, desconsiderando o dígito que aparece após o traço. As informações detalhadas sobre os depósitos estarão disponíveis a partir da semana que antecede o início dos pagamentos, podendo ser acessadas pela plataforma Meu **INSS** - disponível tanto na versão web quanto em aplicativo para celular. Para usar o serviço, é necessário fazer login com CPF e senha do portal Gov.br.

Em caso de dúvidas sobre os repasses ou demais questões relacionadas, os segurados podem contatar a Central 135. O atendimento automático funciona 24 horas por dia, enquanto o suporte com atendente está disponível em horário comercial.

Para visualizar os valores a receber ou verificar outros dados, basta acessar a seção "Extrato de Pagamento" no Meu **INSS**. A plataforma também oferece uma barra de busca para facilitar a consulta de informações como a situação cadastral do benefício.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2025/04/09/inss-veja-calendario-com-as-datas-de-pagamento-de-abril-de-2025.htm>

Vitórias na Justiça

» **RODRIGO CRAVEIRO**

Enquanto trava uma guerra tarifária contra o mundo e dobra a aposta contra a China, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, celebra uma vitória emblemática na Suprema Corte do país. A mais alta instância do Judiciário suspendeu a ordem de um tribunal inferior que determinava ao governo a reincorporação de 16 mil funcionários públicos federais demitidos durante o período probatório.

Por sete votos a dois, a Suprema Corte entendeu que a ordem do juiz de instância inferior "se baseou unicamente nas alegações das nove organizações sem fins lucrativos demandantes neste caso". "No entanto, segundo a legislação vigente, tais alegações são, atualmente, insuficientes para respaldar a legitimação das organizações", declarou.

Dois dos três juízes progressistas na Alta Corte - Ketanji Brown Jackson e Sonia Sotomayor - votaram a favor da Casa Branca.

A Suprema Corte é formada por seis magistrados conservadores e três liberais.

Os servidores federais em período de experiência integravam os quadros do Pentágono e dos Departamentos do Tesouro, Segurança Interna, Energia, Agricultura e Assuntos dos Veteranos. A decisão da Justiça ocorre no momento em que Trump intensifica a pressão sobre a Corte, ao questionar sua isenção para julgar.

"Exigimos que a Suprema Corte controle estes juízes que agem como ativistas judiciais, não como verdadeiros árbitros da verdade e da lei", declarou, na segunda-feira, Karoline Leavitt, porta-voz da Casa Branca. A ordem para recontratar os 16 mil funcionários desligados partiu do juiz californiano William Alsup, que classificou como "farsa" a justificativa de "baixo rendimento" para as demissões em massa.

Foi a terceira vitória do governo republicano na esfera judicial em 24 horas. Na segunda-feira, a Suprema Corte revogou a ordem de outro tribunal inferior que impedia as deportações de imigrantes ilegais com base na Lei de Inimigos Estrangeiros, de 1798.

No entanto, ressaltou que os migrantes devem ter a oportunidade de impugnar a medida. "Acreditamos que essa foi uma vitória contundente", admitiu Leavitt.

"Acreditamos firmemente que o presidente agiu com plena autoridade constitucional, e a Suprema Corte o deixou muito claro." A Lei de Inimigos Estrangeiros tinha sido utilizada apenas durante a Guerra de 1812 e as duas guerras mundiais.

Também na segunda-feira, a Suprema Corte bloqueou a repatriação de um salvadorenho deportado por erro. Kilmar Ábrego García, de 29 anos, foi enviado junto com mais de 200 pessoas, a maioria venezuelanos, para uma megaprisão em El Salvador.

Autodeportação A mensagem de e-mail foi enviado a 985 mil migrantes que entraram nos Estados Unidos durante o governo do democrata Joe Biden e tinham permissão temporária para viver no país, depois de darem entrada nos documentos por meio do aplicativo CBP One.

"É hora de você deixar os Estados Unidos. (...) Se você não partir dos EUA imediatamente, estará sujeito a possíveis ações policiais que resultem em sua remoção dos Estados Unidos - a menos que tenha obtido uma base legal para permanecer aqui. Quaisquer benefícios que você receber nos EUA sob sua liberdade condicional - como autorização de trabalho - também terminarão. Você estará sujeito a possíveis processos criminais, multas e penalidades civis, além de quaisquer outras opções legais disponíveis ao governo federal", afirma o texto. "Não tente permanecer nos Estados Unidos; o governo federal o encontrará." Em janeiro passado, em uma das primeiras medidas de seu governo, Donald Trump pôs fim ao CBP One. Ontem, o DHS pôs fim ao status legal concedido aos 985 mil estrangeiros, que serão obrigados a deixar o país, sob pena de prisão. "Este é o mais recente exemplo mostrando que, embora a retórica de Trump seja contra os imigrantes não documentados, ele está, na realidade, atacando todos os imigrantes, ao tirar o status legal das pessoas", afirmou ao Correio Marielena Hincapié, especialista em imigração e professora do Programa de Política e Direito de Imigração da Universidade Cornell.

Para Hincapié, a decisão do DHS causará muitos danos às famílias, que perderão o status legal e serão deportadas, bem como às comunidades onde vivem. "Trump encerrou o CBP One para solicitações, o qual tinha sido criado pelo presidente Biden para fornecer uma maneira mais organizada e segura de as pessoas solicitarem status legal. Agora, Trump quer usar esse aplicativo apenas para que as pessoas se

autodeportem."

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/04/09/all.pdf>

Trabalhadores de Ananindeua paralisam por melhores salários

Trabalhadores da educação pública municipal de Ananindeua paralisaram as atividades para reivindicar reajuste salarial da categoria. A mobilização ocorreu nesta terça-feira (8), em frente ao prédio da Prefeitura de Ananindeua, onde os servidores se reuniram para reivindicar reajuste de 40% acima do piso salarial de 2025 e melhores condições de trabalho. Após pressão dos profissionais, uma comissão representando a categoria foi recebida na Prefeitura para tentar contato com algum representante. Caso o prefeito não avance com as negociações, os educadores pretendem decretar greve geral na educação de Ananindeua.

Desde janeiro deste ano, os professores da educação básica de Ananindeua deveriam receber o reajuste de 6,27% do piso nacional, valor mínimo definido pelo Ministério da Educação (MEC). Porém, a Prefeitura de Ananindeua não cumpriu essa medida até o mês de abril. Durante as negociações, o Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública de Ananindeua (Sintepp-Ananin-deua) propôs o pagamento do reajuste acrescido de um aumento de 40%, referente às perdas salariais que ocorrem desde 2019, ano em que o prefeito Daniel Santos assumiu a gestão do município.

"Em 2022, o piso nacional aumentou 33%. O governo do estado, por exemplo, aplicou os 33% nos nossos salários, mas aqui em Ananindeua não. Eles manobram, alteraram a nossa tabela de vencimentos para, na prática, não pagar o reajuste e houve esse achatamento salarial. A gente recebia o piso mais 30% e hoje o prefeito quer aumentar somente para 3,11% além do piso. Mas é muito aquém do que a gente pede. Isso vem desde 2019, quando o prefei-

to Daniel assumiu ele estabeleceu a política de arrocho salarial que está colocando a categoria em alerta pela desvalorização", revelou o coordenador geral do Sintepp Ananindeua, Antônio Seabra.

Em contrapartida, na semana passada, a prefeitura propôs apenas o pagamento do reajuste do piso salarial, proposta que foi rejeitada por unanimidade pela categoria durante uma Assembleia Geral do Sintepp. Na segunda-feira (07), a gestão do município chamou para negociação e apresentou outra proposta: o pagamento do percentu-

al do reajuste acrescido de 3,11% acima do piso nacional, muito abaixo da sugestão dos **servidores públicos**.

"Quando o prefeito assumiu a prefeitura, nós recebíamos o piso mais 30%. Hoje, a gente recebe só o piso basicamente. Com essa proposição que o governo fez, a gente vai continuar ganhando somente o piso. A gente decidiu parar para dizer ao governo que nós estamos insatisfeitos com as propostas apresentadas. Eles também apresentaram um reajuste de cem reais no vale alimentação, passando de R\$600 para R\$700,

e para os demais funcionários de escolas, o percentual de 7,51%. Ontem o governo chamou para uma negociação e apresentou uma outra proposta, que a gente ficaria ganhando 3,11% acima do piso nacional. 3,11% é [um reajuste] muito pequeno diante do que nós estamos solicitando, não repõe as perdas salariais que a gente teve", explicou Seabra.

O coordenador geral do Sintepp-Ananindeua ainda apontou que, em Ananindeua, os professores não recebem gratificação de nível superior. Em outros municípios, a catego-

ria costuma receber o valor do piso nacional mais uma porcentagem referente a formação. Ao contrário, em Ananindeua é pago apenas o piso salarial, sem qualquer acréscimo. Por isso, o reajuste de 3,11% não contempla as necessidades dos professores.

Além da questão salarial, as reivindicações dos trabalhadores da educação também incluem a contratação de acompanhante especializado para alunos com deficiência (PCD), melhora da estrutura escolar, contratação de mais profissionais, como secretária, merendeira, porteiro e vigia. "A gente tem de melhorar os espaços físicos, porque, principalmente nos anexos da escola, a situação é precária. As salas não tem iluminação, não tem ventilação adequada, não tem ar-condiciona-do, quando tem ventilador está quebrado, muitos prédios são alugados, as salas são apertadas. Faltam profissionais também para atender a comunidade escolar, falta secretária escolar, merendeira, porteiro e vigia", pontua Antônio.

"Falta acompanhante para aluno PCD, falta auxiliar de

classe para ajudar os professores da educa-

ção infantil. Então, imagina um profissional de educação infantil com 25 alunos, crianças que ainda não têm autonomia, que precisam de alguém para levar ao banheiro, para limpar. Uma professora sozinha em sala de aula não vai dar conta", completa Seabra.

De acordo com o coordenador do Sindicato, essa realidade tem resultado no adoecimento da categoria dos professores, que cada vez mais têm sido afastados da sala de aula. "A própria prefeitura reconheceu isso em um evento colocando mais ou menos que de 180 servidores municipais afastados por problemas de saúde, 120 aproximadamente é da educação, porque essas condições de trabalho estão adoecendo a categoria, fora dos problemas de assédio moral, problemas também de sobrecarga de trabalho, por conta da ausência desses profissionais", finalizou.

Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=3105#book/>

Único país do mundo

O Brasil é o único país do mundo onde deputados da oposição, empresários, a grande mídia e pseudo-economistas falam em "crise" mesmo com um crescimento do **PIB** de 3,5%, pleno emprego, uma taxa de desemprego em níveis historicamente baixos, US\$ 350 bilhões em reservas cambiais e uma inédita **reforma tributária** - algo que governantes de direita, mesmo com maioria no Congresso Nacional durante seis anos de gestão, não conseguiram realizar.

A **inflação** completamente sob controle, investimentos em alta, tanto internos quanto externos, produção industrial crescendo, o agronegócio crescendo e com perspectivas de aumento de exportações, redução da pobreza.

As relações com os mercados externos avançando, diplomacia em alta, país sendo novamente respeitado, campanhas de vacinação reconstruídas após quatro anos de negacionismo que levaram à morte 700 mil pessoas e trouxeram doenças antes erradicadas por conta da estupidez do negacionismo.

RAFAEL MOIA FILHO, Bauru-SP

Bullying

O aumento do bullying no Distrito Federal, assim como em muitas outras regiões, é um reflexo de questões mais amplas que envolvem a dinâmica social, familiar e escolar.

O bullying, que vai desde agressões verbais até físicas e psicológicas, tem se intensificado com a chegada de novas formas de comunicação, como as redes sociais, que amplificam o alcance das ofensas.

É preocupante observar como isso impacta a autoestima, o desenvolvimento emocional e a saúde mental de crianças e adolescentes. A sensação de não pertencimento ou de exclusão pode gerar consequências duradouras, afetando o rendimento escolar e, muitas vezes, desencadeando sérios problemas de saúde mental, como depressão e ansiedade.

O DF, por ser uma região com grande diversidade de origens e culturas, enfrenta ainda o desafio de integrar e respeitar as diferenças, dentro de um contexto urbano que muitas vezes acaba criando barreiras sociais e preconceitos. O bullying não pode ser visto apenas como "uma brincadeira", mas como uma prática que precisa ser combatida com mais

conscientização.

MARIA HELENA GOMES, Taguatinga-DF

Site:

<http://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrazilia/>

Brasil cai em ranking de investimento estrangeiro

O Brasil caiu duas posições no ranking dos 25 destinos mais atrativos para o Investimento Direto no País (IDP) desenvolvido pela consultoria Kearney. O país baixou de 19º para 21º, em um ano em que o as incertezas geopolíticas levaram o predomínio das economias desenvolvidas a se ampliar na preferência dos investidores.

Apenas seis emergentes se mantiveram no top 25 geral esse ano, contra oito em 2024. Nesse grupo, o país subiu uma posição e abocanhou o quarto lugar, atrás apenas de China (6º), Emirados Árabes Unidos (9º) e Arábia Saudita (13º). Completam a lista o México (25º), que caiu quatro posições, e a Índia (24º), que perdeu seis postos. Argentina, Polônia e África do Sul deixaram a lista.

Para Mark Essle, sócio da Kearney no Brasil, o país teve bom desempenho nesta edição, apesar da queda. "Houve poucas mudanças de posição no ranking geral deste ano, o cenário global realmente privilegiou os países desenvolvidos. A presença de tantos países europeus na lista deste ano evidencia o movimento de "flight to quality" [voo em direção a ativos considerados mais seguros, em tradução livre]", diz. "A queda do Brasil, nesse contexto, é praticamente uma questão de arredondamento das notas. Já entre emergentes, por outro lado, o avanço do país foi surpreendente, ficando acima da Índia, do México e outros vizinhos, como Chile e Colômbia."

Segundo os entrevistados pela Kearney, o Brasil é atrativo pelos recursos naturais que o país possui - não apenas mineração e agricultura, mas também energia limpa e a economia do carbono - mas também pelo crescimento robusto que vem mantendo nos últimos anos.

"Embora, domesticamente, a gente critique os estímulos fiscais do governo à economia, do ponto de vista internacional, o investidor vê o Brasil como um país com grande base de consumidores grande e um mercado atrativo para o investimento para aproveitar esse potencial, seja em plantas já existentes, seja em novas", diz.

Outros pontos percebidos como positivos, na comparação com outras economias emergentes, são: a qualificação da mão de obra, a facilidade em se fazer negócios e o tratamento igualitário dado ao

investidor estrangeiro, salvo alguns ramos específicos. "Tudo isso faz com que o Brasil fique no top 5 do mundo emergente."

O índice é construído com base em entrevistas com executivos de empresas sediadas em 30 países e com receita anual superior a US\$ 500 milhões. Em 2024, o Brasil voltou ao ranking após ficar fora dele pela segunda vez em 25 anos. Apesar disso, o país segue longe do seu melhor resultado - entre o fim da década de 2000 e o começo da de 2010, chegou a ocupar o terceiro lugar geral.

Neste ano, as entrevistas foram realizadas em janeiro, o que significa que o estudo não reflete os efeitos de boa parte dos anúncios feitos pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ou das reações de outras economias, como a China. As respostas dos entrevistados, no entanto, já traziam indícios sobre qual a direção do apetite por risco.

Uma das principais perguntas diz respeito a se a empresa pretende elevar seu investimento estrangeiro nos próximos três anos - nesse caso, houve uma queda de quatro pontos percentuais, de 88% para 84%.

Desempenho

Outro indício foi a elevação da performance econômica doméstica à prioridade número um dos investidores, com 16% de citações - em 2024, apenas 6% citaram este fator como o número um. A performance da economia lidera as preferências juntamente com a eficiência legal e regulatória, um fator que comumente se mantém no topo do interesse dos investidores.

Na outra ponta, entre os maiores receios, os investidores mencionaram a alta dos preços de commodities (38%) e das tensões geopolíticas (35%). Um ambiente regulatório mais restritivo em uma economia desenvolvida também saltou entre as preocupações mais citadas pelos entrevistados, com 32%.

O Brasil foi considerado como um dos países que saíram relativamente melhor do tarifaço anunciado por Trump, com "apenas" 10% de tarifa extra para seus produtos. Para Essle, a guinada internacional é um

"cavalo selado" que o Brasil precisa aproveitar, abraçando três fatores que o fortalecem bastante nesse novo contexto: o de ser um parceiro multipolar não alinhado, e o de ser uma potência ambiental e de ter grandes reservas de minerais estratégicos.

Para entrevistados, recursos naturais tornam o Brasil atraente aos olhos dos investidores

"Qualquer investidor que pensa em reduzir sua pegada de carbono olha para o Brasil entre as opções. Além disso, o mercado de carbono foi implementado e deve trazer muito investimento para geração de energia limpa, em captura de carbono a base de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, agricultura de baixo carbono e produção de etanol para uso veicular e conversão em SAF [combustível de aviação sustentável] ", diz.

O consultor pondera que alguns passos nesse sentido já foram tomados, como a aprovação da **reforma tributária**, mas que ainda é preciso "fazer a lição de casa" em relação ao fiscal e cuidar da qualidade da governança, em especial em relação às agências reguladoras.

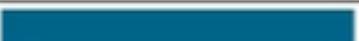
"Qual a agenda negativa do Brasil? Macroeconomia desarranjada, juro alto e burocratização. Mais imposto ou retaliação. Se o país se mostrar como um player do Ocidente, que quer abrir portas e se integrar ao mundo, vai trazer mais investimentos", resume o executivo.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188162?page=20§ion=1>

Tropeço

Brasil cai 2 posições em lista de Investimento Estrangeiro

	2024	2025	Pontuação	
EUA	1	1	2,3848	
Canadá	2	2	2,0932	
Reino Unido	4	3	2,0769	
Japão	7	4	2,0276	
Alemanha	5	5	2,0154	
China (incluindo Hong Kong)	3	6	1,9734	
França	6	7	1,9720	
Itália	11	8	1,8623	
Emirados Árabes Unidos	8	9	1,8620	
Austrália	10	10	1,8475	
Arábia Saudita	14	13	1,7575	
Brasil	19	22	1,5944	
Índia	18	24	1,5349	
México	21	25	1,5127	

Alíquota do IR não causa bitributação, diz Appy

O secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, reforçou nesta terça-feira que a alíquota mínima que consta do projeto de reforma do Imposto de Renda enviado pelo governo ao Congresso não vai causar bitributação das pessoas que já são tributadas na empresa.

Em evento do Bradesco BBI, Appy afirmou que todo o mundo faz a tributação nas empresas e também na distribuição dos lucros. "Brasil até 1995 também era assim e não tinha discussão sobre se era bitributação."

Ele lembrou ainda que as empresas cujos acionistas serão atingidos pelo imposto mínimo já calculam o lucro contábil, sejam elas optantes pelo lucro real ou presumido.

"As empresas de lucro presumido precisam fazer esse cálculo quando vão fazer distribuição maior que 32%. Então eles já têm o dado", disse. "Posso dizer que praticamente todo mundo que vai ser alcançado por essa medida já faz o cálculo necessário. É só uma questão de cruzamento de dados."

Appy disse também que a base de cálculo da renda vai excluir tanto aplicações hoje isentas, como a caderneta de poupança e títulos como LCI e LCA e debêntures incentivadas, mas também "rendas muito concentradas ao longo do tempo", como venda de imóvel ou recebimento de herança.

"Os **impostos** retidos na fonte ou na declaração de ajuste serão considerados e no fim, se se averiguar que a alíquota efetiva é maior que os 10%, não se paga nada."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188162?page=20§ion=1>

Tributos, aluguéis e inflação desafiam comerciantes

A carga tributária, os encargos com mão de obra, o alto custo dos aluguéis e os preços das mercadorias adquiridas são alguns dos problemas que criam limitações financeiras para os empresários do comércio. O dados fazem parte de estudo divulgado pelo Clube dos Diretores Lojistas do Rio (CDLRio) e pelo Sindilojas Rio, que listou os 11 maiores gargalos para quem quer empreender no setor.

O documento elaborado pelo assessor econômico do CDLRio e do Sindilojas, Antonio Everton, aponta a carga tributária como o principal gargalo para o empreendedor do comércio. O estudo mostra que, entre janeiro e novembro de 2024, o comércio atacadista recolheu o total de R\$ 156,5 bilhões em **tributos**, R\$ 26,7 bilhões a mais que em igual período do ano anterior.

A atividade ficou, em termos de recolhimento total, atrás apenas das entidades financeiras, que pagaram R\$ 256,1 bilhões em **impostos** nos 11 primeiros meses de 2024.

Outro ponto citado no documento é a substituição tributária, "uma particularidade do ICMS que se adiciona ao já complexo processo de recolhimento dos **impostos**". "A substituição tributária impacta o capital de giro e desequilibra o fluxo de caixa, dificultando a gestão operacional do negócio", diz o estudo, que lembra que a modalidade vai desaparecer à medida que a **reforma tributária** se efetivar. "Não obstante, é importante focar que a extinção não representará diminuição da carga tributária, necessariamente. Até porque Estados não deverão perder parte da arrecadação sem a devida contrapartida", diz o documento do CDLRio e Sindilojas Rio.

Os encargos com a mão de obra são mais um obstáculo citado no estudo. Esses encargos custam no mínimo, segundo o documento, 67,22% do salário pago a cada funcionário formal,

"Ao fim de um ano o trabalhador onera em aproximadamente o dobro o seu valor de remuneração, devido aos componentes da folha de pagamento", diz o estudo.

O CDLRio também alerta para o avanço dos preços dos aluguéis, que subiram acima da **inflação** em 2024. "Muitas vezes, as despesas com aluguel só

perdem para a folha, correspondendo a um item de enorme esforço para o empresário arcar", diz o documento.

Outro vilão relevante é a **inflação**, que tem impacto direto nos preços do atacado, encarecendo as mercadorias compradas pelos comerciantes. "Havendo **inflação** no atacado ou na esfera produtiva, os impactos sobre o comércio do varejo dependerão da capacidade de repasse do aumento de custos aos bens, bem como da resiliência do empresário em continuar seu negócio através da melhor gestão, muitas vezes sacrificando margens ou realizando promoções."

Além dos já citados, o estudo aponta como obstáculos o custo do IPTU; o gasto com energia; o empreendedorismo como única alternativa de renda; a burocracia e a legislação; acesso a crédito; e a desordem urbana e violência.

Como ferramentas à disposição do comerciante para superar esses obstáculos, o estudo elencou 18 recomendações, a começar pela busca de ajuda especializada, seja de consultoria ou de organizações de classe. Além disso, entre as principais sugestões estão a associação em cooperativas; os cursos de capacitação para o empreendedor e a equipe; planejamento tributário; o engajamento com metas factíveis; a informatização; e a inovação, entre outras sugestões.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188162?page=20§ion=1>

É um erro excluir receita do Judiciário das regras fiscais (Editorial)

É preocupante a formação de maioria no Supremo Tribunal Federal (STF) em favor de retirar as receitas obtidas pelo Judiciário federal do cálculo dos limites **impostos** pelo arcabouço fiscal. A decisão em causa própria vem num momento em que o país enfrenta uma crise grave nas contas públicas, e o Executivo tem sido titubeante no compromisso com a responsabilidade fiscal. Não tem faltado em Brasília "criatividade contábil" para driblar as regras já frouxas do arcabouço. Essas manobras parafiscais incluem financiamentos de fundos estatais ou crédito subsidiado pelo BNDES. Poderão alcançar, de acordo com certas estimativas, 1% do **PIB** ao final deste ano, ante 0,5% em 2024 (o Ministério da Fazenda contesta esses números).

O novo drible do STF preserva os gastos realizados com o dinheiro que os tribunais arrecadam com emolumentos, com custo de processos e com outros serviços prestados - ao todo, essa arrecadação somou R\$ 2 bilhões no ano passado. Ao excluir esse valor das receitas apuradas pelas regras fiscais, automaticamente o limite de despesas também cai, pela fórmula do arcabouço. Resultado: enquanto todas as demais áreas do governo precisarão economizar para cumprir as metas, o Judiciário manterá esses recursos livres para gastar sem restrições. Na prática, o Supremo passou a conta adiante. Num momento em que o país corta investimentos em infraestrutura ou na saúde, o dinheiro dos juízes estará garantido.

O julgamento no STF foi motivado por uma ação da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) sustentando que a lei do arcabouço previu exceções: não estão, na base usada para calcular o teto dos gastos, as receitas próprias de universidades públicas federais ou instituições científicas. O paralelo é, porém, imperfeito. Esses centros geram valor por meio de consultorias ao setor privado, produtos e contribuições à sociedade. A origem das receitas do Judiciário é outra. São serviços públicos, equivalentes aos prestados por qualquer departamento do governo.

O artigo 99 da Constituição assegura autonomia administrativa e financeira ao Judiciário, mas dentro de parâmetros claros. Os tribunais elaboram sua proposta orçamentária de acordo com os limites estipulados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias. Deveriam, portanto, estar sujeitos às mesmas restrições que o resto do governo. Mas a AM B, conhecida pela defesa

intransigente dos penduricalhos e outros privilégios dos juízes, enxergou mais uma brecha - e o STF decidiu isentar o Judiciário. Tem sido assim, de bilhão em bilhão, que o controle dos gastos, já tíbio, vai enfraquecendo.

É flagrante o contraste entre o tratamento dado aos tribunais e a outros organismos do Estado. Enquanto os recursos para investimentos públicos têm ficado abaixo do necessário há muitos anos, os do Judiciário têm crescido. O relatório do Tesouro Nacional divulgado em fevereiro mostra que o Brasil gasta o equivalente a 1,43% do **PIB** com seus tribunais, mais que o dobro dos países emergentes e o quádruplo das economias avançadas. Não é razoável que um Judiciário com tanto dinheiro queira afrouxar ainda mais o cinto em momento tão difícil para o país.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Derrotas da União na Justiça já custam 2,5% do PIB ao ano

O impacto fiscal total das condenações judiciais da União no orçamento do Executivo passou de 1% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2010 para 2,5% ao ano, a partir de 2020, de acordo com estudo inédito dos pesquisadores do Insper Marcos Mendes, Cristiane Coelho, Marcos Lisboa e Leonardo Barbosa. Em 2023, o impacto foi de 3,2%, mas distorcido pelo pagamento do estoque de precatórios represado.

O estudo mostra que, embora elevado e crescente, o gasto com precatórios e requisições de pequeno valor (RPVs) é uma parte menor desse custo, que inclui despesas pagas diretamente na folha além perdas de receitas.

A maior parte do impacto vem dos benefícios previdenciários e assistenciais concedidos mediante decisão judicial e pagos diretamente via Orçamento Geral da União, ou seja, sem expedição de precatório e RPs.

Em quase todos os anos da série histórica, o gasto com esses benefícios supera os das sentenças judiciais, à exceção de 2023, quando o governo quitou o estoque de precatórios acumulado devido à emenda constitucional - declarada posteriormente inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) - que limitou o pagamento dessas dívidas do governo com pessoas físicas e jurídicas reconhecidas na Justiça e das quais não cabe mais recurso.

Segundo os pesquisadores, enquanto a despesa com precatórios e RPs cresce a partir de 2014, a com benefícios previdenciários e assistenciais concedidos mediante decisão judicial aumenta todo ano na série histórica, ultrapassando a cifra de R\$ 100 bilhões por ano desde 2022. Em 2023, chegou a R\$ 115,9 bilhões, em valores atualizados pela **inflação**. Em 2010, por exemplo, era R\$ 48,6 bilhões. Ainda não há dados disponíveis sobre todo o ano de 2024.

Os números consideram somente os benefícios incluídos na folha regular de pagamentos do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Há, ainda, a possibilidade que os números estejam subestimados, porque o **INSS** não registra como sendo decorrente de ação judicial os benefícios concedidos em virtude de ações civis públicas. O instituto trata esses benefícios como concessões administrativas.

Pesquisadores afirmam que as soluções para esses problemas não são triviais meses para créditos a partir de R\$ 10 milhões. Antes, não havia limite e as empresas abatiam os **tributos** conforme seu planejamento tributário.

O custo das decisões judiciais também é visto, segundo o estudo, em vantagens permanentes de servidores decorrentes de sentenças judiciais; em outras sentenças judiciais que não geram precatórios nem RPs; e no acordo em virtude da Lei Kandir

Já o crescimento da conta de precatórios e RPs (tipo precatório de pequeno valor) é um problema já conhecido, desde quando o ex-ministro da Economia, Paulo Guedes, apelidou de "meteoro". Parte do crescimento dessa despesa é explicada também pela "tese do século" e pelo pagamento de benefícios previdenciários, assistenciais e de pessoal atrasados.

No estudo, os pesquisadores afirmam que as soluções para esses problemas não são triviais. "Procedimentos protelatórios, como teto de pagamentos de precatórios ou limitação à compensação de **tributos** não são soluções, porque não atacam as causas do problema e estimulam mais judicialização", defendem.

O estudo aponta algumas possíveis causas para o elevado número de concessões de benefícios via ação judicial. Uma delas é o problema histórico da fila do **INSS**, que faz com que mais pessoas entrem na Justiça. Também há uma tendência de o Judiciário ser mais benevolente ao analisar os pedidos, abrindo espaço para concessões a indivíduos não elegíveis, escrevem os pesquisadores.

Por fim, eles apontam também as fragilidades na legislação pre-videnciária e assistencial e nos critérios dos exames periciais, o que incentiva uma "indústria de ações judiciais, com escritórios especializados em explorar novas teses que eventualmente encontram tribunais receptivos".

Outro impacto das decisões judiciais no Orçamento é visto no aumento das compensações tributárias decorrentes. Quando um contribuinte vence uma ação contra a União referente a uma questão tributária, ele tem a opção de escolher entre receber os valores via precatórios ou abater o valor de **tributos** devidos - a chamada compensação tributária, que representa uma

perda de receita para a União.

O levantamento mostra que o impacto dessas compensações era de R\$ 4,2 bilhões em 2010, saltando para R\$ 30,4 bilhões em 2019 e, desde então, crescendo vertiginosamente. O pico foi em 2021, com impacto de R\$ 111,2 bilhões. Em 2023, foram R\$ 85,9 bilhões, em valores corrigidos pela **inflação**.

A explicação para o crescimento das compensações está na chamada "tese do século", em que o STF decidiu que o ICMS não pode compor a base de cálculo do PIS e da Cofins. "De 2020 a 2022 essas compensações atingiram valores superiores aos dos precatórios e RPV pagos", alerta o estudo. Esse problema é acompanhado de perto pelo governo federal, que em 2023 editou uma medida provisória - depois convertida em lei - que limitou o uso das compensações, estabelecendo um prazo que varia entre 12 a 60

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188162?page=8
§ion=2](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188162?page=8§ion=2)**

Senado alinha projetos para avançar na regulamentação do devedor contumaz

Após meses de negociações travadas na Câmara dos Deputados, senadores tentam nesta quarta-feira (9) avançar na tramitação de ao menos uma proposta para regulamentar a figura do devedor contumaz, uma das prioridades da equipe econômica do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para 2025.

O principal alvo da proposta é o crime organizado, que atua em diversos setores da economia com empresas que têm a sonegação tributária como modelo de negócio e, assim, estabelecem concorrência predatória em relação às empresas que atuam na regularidade.

Em uma frente, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deve votar um projeto de lei complementar (PLP) relatado pelo senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), aliado de primeira hora de Lula. O texto corre em paralelo com outro PLP, cujo parecer é do líder do União Brasil na Casa, Efraim Filho (PB), e foi alinhado com o Executivo.

A proposta de Efraim, no entanto, que já está pronta para ser analisada em plenário, deve ficar para depois da Páscoa, apesar da expectativa da Casa de que essa votação aconteceria nesta semana. O texto é considerado o principal projeto para tratar da questão.

Lideranças partidárias e o próprio senador deixaram a última reunião de líderes, na quinta-feira (3), afirmando que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), havia se comprometido a pautar o projeto prioritário do governo nesta semana.

Questionado sobre a ausência do projeto na pauta no início desta semana, o relator insistia no compromisso de Alcolumbre de pautar o texto. Procurado por meio de sua assessoria, o presidente do Senado não se manifestou. Nos bastidores, no entanto, aliados afirmam que o amapaense prefere o texto de Efraim, mas quer que o correligionário chegue a um denominador comum com Veneziano.

Por outro lado, o parecer do senador Veneziano é o primeiro item da pauta da CCJ, que tem sessão marcada para as 9h desta quarta-feira.

Desde a semana passada, Efraim vinha prometendo um novo parecer até a terça-feira, contendo atualizações oriundas dos textos da Câmara, da CCJ

do Senado e a partir de conversas com a **Receita Federal**.

O líder do União Brasil disse ainda que Veneziano, seu aliado na política local da Paraíba, aproximou os textos no último parecer

divulgado na CCJ e negou que haja uma disputa entre os dois. "As redações são muito parecidas, porque na verdade o relatório do Veneziano lá atrás é que era muito diferente. Aí o Veneziano mudou o parecer, tanto que teve que ter pedido de vista, audiência pública. Na verdade, o relatório final do Veneziano é que se aproximou muito do nosso parecer de plenário. Não tem disputa nenhuma, está tudo acordado", pontuou.

Interlocutores de Veneziano confirmam que a relação dos dois é boa e que ele não irá se opor à aprovação do texto de Efraim em plenário, mas que até isso acontecer, seguirá buscando a aprovação de seu texto.

A proposta relatada por Efraim Filho regula a figura do devedor contumaz por meio da criação de um Código de Defesa do Contribuinte. Uma das mudanças propostas pelo senador é a adequação das regras às realidades de cada Estado.

Segundo o relator, os governos locais poderão alterar o piso de R\$ 15 milhões em dívidas, um dos fatores considerados para enquadrar um contribuinte na categoria de devedor contumaz. A norma também prevê que esses débitos devem estar inscritos em dívida ativa por ao menos um ano - período que também poderá ser adaptado aos entes federados, conforme o relator.

"Fica liberado para que Estados e municípios possam legislar, possam complementar as normas referentes ao piso dos valores. Porque no federal, o piso de R\$ 15 milhões de dívida, ou seja, é para pegar realmente os grandes. Mas às vezes 15 milhões pode ser muito para alguns Estados e pode ser pouco para outros. E também sobre o prazo de apuração, que pode ser de seis meses, de um ano", explicou o senador.

Na avaliação do presidente-executivo da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), Pablo Cesário, a punição ao chamado devedor contumaz é

importante para as maiores empresas do país já que há uma perspectiva concorrencial, já que a sonegação cria assimetrias competitivas, além do elemento do crime organizado, avançando sobre vários setores.

Segundo ele, todos os projetos que tratam do devedor contumaz no Congresso atendem, hoje, às demandas dos setores. "Seria uma enorme oportunidade que essa pauta avançasse nessa ou nas próximas semanas para que a gente finalmente tenha uma resposta a um desafio enorme, que é como a gente garante simetria e concorrência, uma concorrência justa", resumiu Cesário - a Abrasca representa as maiores companhias de capital aberto do país.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188162?page=8
§ion=2](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188162?page=8§ion=2)**

China mantém retaliação e Trump confirma que tarifa total de 104% entra em vigor hoje

A tarifa adicional de 50% imposta pelos EUA a produtos da China entrou em vigor hoje, após Pequim se recusar a retirar sua retaliação as taxas de importação recíprocas. Os **impostos** adicionais significam que os produtos chineses que entram nos EUA enfrentarão tarifas totais de 104% - nível visto como provocação por Pequim, que prometeu "lutar até o fim" na guerra comercial com Washington.

A tarifa adicional foi anunciada na véspera pelo presidente dos EUA, Donald Trump, em resposta à contratarifa de 34% - mesma alíquota usada por Washington para taxar Pequim em seu programa de "tarifas recíprocas". Antes, já tinha entrado em vigor uma tarifa específica de 20% imposta pelos EUA à China, alegadamente por sua falta de cooperação no contrabando de fentanil para o território americano. Os 104% resultantes da soma das três tarifas não incluem as tarifas adicionais de 25% sobre alumínio e aço. Pequim é o maior produtor mundial de aço.

Analistas estimam que as tarifas punitivas de 50% aprofundam os riscos da guerra comercial mais abrangente e terão grandes repercussões nas cadeias de suprimentos entre as duas maiores economias do mundo. Karoline Leavitt, secretária de Imprensa da Casa Branca, disse que as novas tarifas "entrariam em vigor às 00h01" de hoje [1h01 de hoje, em Brasília],

"Quando os EUA são socados, eles revidam com mais força", disse Leavitt. "É por isso que há tarifas de 104% entrando em vigor na China" a partir de hoje, afirmou. "O presidente também quer que eu diga a todos vocês que, se a China tentar fazer um acordo, ele será incrivelmente gentil, mas fará o que for melhor para o povo americano. A China tem de ligar primeiro."

"A ameaça dos EUA de aumentar as tarifas sobre a China é um erro atrás de outro erro", disse ontem o Ministério do Comércio chinês em uma declaração, acrescentando que Pequim iria "tomar resolutamente contramedidas para salvaguardar seus próprios direitos e interesses". "Se os EUA insistirem em seguir no caminho errado, a China lutará até o fim".

A tarifa adicional de 50% anunciada na segunda-feira por Trump faz da China - maior exportadora do mundo -, o país mais sob sanções na guerra comercial global aberta por Washington. Os EUA tiveram um déficit comercial de US\$ 295 bilhões com a China em 2024,

de acordo com o Representante Comercial dos EUA.

Pequim agiu para tranquilizar os investidores após as ações chinesas listadas em Hong Kong registrarem a maior queda desde a crise financeira de 2008 na segunda-feira, com o banco central afrouxando seu controle sobre o yuan para estimular as exportações e prometendo mais empréstimos para estabilizar o mercado. Ao mesmo tempo, o chefe da agência de planejamento econômico do país se encontrou com representantes de companhias privadas chinesas, incluindo a Goertek, fornecedora da Apple, para ouvir e responder às suas preocupações.

Embora as autoridades tenham deixado a porta aberta para o diálogo, a reação da China sugere que ela pretende resistir à campanha de pressão do presidente americano, reduzindo a possibilidade de um acordo no curto prazo.

"A retórica da China é contundente", disse Michelle Lam, economista do Société Générale para a Grande China. "Sem um recuo de Trump, os investidores devem se preparar para um desacoplamento comercial entre os dois países."

O yuan caiu ontem para o menor nível desde setembro de 2023 no mercado interno, depois que o Banco do Povo da China - o banco central do país - sinalizou sua maior tolerância à desvalorização ao definir a taxa referencial acima do nível crítico de 7,20 yuan por dólar. O índice Hang Seng China Enterprises fechou em alta de 2,3%. O índice referencial CS1 300 de ações negociadas na China continental subiu 1,7%, após registrar na segunda-feira sua pior queda em seis meses.

Embora a China não tenha indicado como responderia se Trump cumprisse sua ameaça, dois influentes blogueiros chineses ligados ao Estado, publicaram um conjunto idêntico de contramedidas que, segundo eles, as autoridades estariam considerando. Elas incluem o aumento das tarifas sobre os produtos agrícolas dos EUA, uma proibição da entrada de filmes de Hollywood no país e uma investigação sobre os ganhos de propriedade intelectual de empresas americanas no país.

Ding Shuang, economista-chefe do Standard Chartered para a Grande China e o Norte da Ásia,

disse que a China reagirá às novas tarifas dos EUA com medidas equivalentes, já que quaisquer novos **impostos** dos EUA causarão um dano limitado à nação asiática.

"O efeito marginal de aumentar ainda mais as tarifas, a partir do nível atual de cerca de 65%, vai diminuir", disse ele sobre tarifas adicionais dos EUA. "A maioria das exportações chinesas para os EUA já foi afetada. Para os produtos que não são sensíveis aos preços, as tarifas não têm efeito, por mais altas que elas sejam."

O aumento da tensão torna menos provável qualquer telefonema iminente entre os dois líderes. Trump ainda não conversou com Xi Jinping desde que retornou à Casa Branca. Em 20 anos, é o maior período em que um presidente americano ficou sem falar com seu colega chinês após a posse.

Segundo um editorial desta semana do "Diário do Povo", Pequim não está mais se "apegando a ilusões" de fechar um acordo.

Em vez disso, as autoridades estão se concentrando em proteger a economia. Xi prometeu estimular o consumo interno, uma vez que as tarifas deverão prejudicar as exportações, um setor responsável por um terço do crescimento econômico da China no ano passado.

Autoridades chinesas sinalizaram a determinação de apoiar os mercados. Uma cesta de oito fundos negociados em bolsas de valores (ETFs) favorecidos por instituições estatais que atuam no mercado registrou na segunda-feira uma captação líquida recorde de 42 bilhões de yuans (US\$ 5,7 bilhões).

O yuan mais fraco também poderia compensar o efeito de tarifas mais altas. As apostas no estímulo monetário deram suporte à demanda por bônus da China, com o rendimento do papel de 10 anos de prazo ficando próximo de uma mínima histórica estabelecida no começo de fevereiro.

Zheng Shanjie, presidente da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, também se reuniu com representantes da fabricante de painéis solares Trina Solar, da provedora de serviços comerciais China-Base Ningbo Foreign Trade Co, da fabricante de materiais magnéticos Lingyi iTECH Guangdong Co e da gigante de transporte por aplicativo DiDi Global.

Os executivos deram opiniões sobre a implementação de políticas econômicas e compartilharam sugestões sobre como a China pode reagir às tarifas dos EUA, ao mesmo tempo em que declararam apoio a líderes do Partido Comunista, segundo analistas chineses.

O agravamento das tensões entre EUA e China vem alimentando temores de uma dissociação das duas economias, mas eliminar completamente a dependências das empresas americanas em relação aos fornecedores chineses parece impraticável no curto prazo.

A cadeia de abastecimento robusta da China é provavelmente um dos fatores que dão confiança a Xi enquanto ele enfrenta Trump e projeta uma imagem desafiadora para a opinião pública chinesa. "Para Xi, há só uma resposta politicamente viável à nova ameaça de Trump: Pode vir!", observou a Enodo Economics, empresa de previsões macroeconômicas, em nota.

"Efeito de ampliar tarifas acima do nível atual de 65% é marginal e vai diminuir"

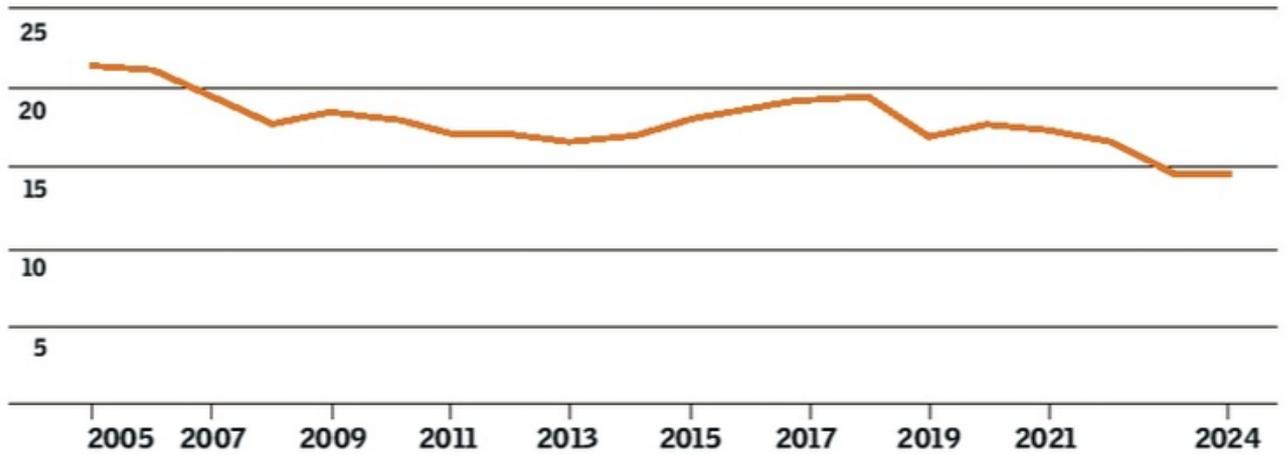
Ding Shuang

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188162?page=18§ion=1>

China exporta menos para os EUA

Exportações chinesas que vão direto para os EUA (em %)



Fonte: Administração de Alfândega da China/Bloomberg

Doses maiores do que o necessário (Artigo)

ROBERTO FIGUEIREDO GUIMARÃES

Parece haver consenso de que a **inflação** atual no Brasil, um pouco acima da meta, tem, no mínimo, quatro origens: (1) elevada indexação da economia; (2) excesso de consumo em alguns setores; (3) crise de oferta em função de problemas climáticos e (4) elevada desvalorização cambial verificada nos últimos meses.

Para trazer a **inflação** para o centro da meta (3,0%a.a.), o Banco Central vem aumentando as taxas básicas de juros, que já estão em 14,25%a.a. e parece que vão subir mais. O objetivo da autoridade monetária é reduzir a pressão sobre os preços provenientes do excesso de demanda sobre a oferta. Pretende atacar, basicamente, a origem (2) acima. Também pode impactar um pouco na origem (4), com a maior entrada de dólares no país.

Mas o aumento dos juros não interfere na origem (1) e contribui negativamente na origem (3) ao reduzir a capacidade de aumento da oferta.

No ano passado, o Banco Central contribuiu para a algazarra fiscal e jogou lenha na fogueira, alimentando desnecessariamente a desvalorização do Real. Além disso, não fez nada para impedi-la e tinha muita bala para isto.

A prova está aí. Nada aconteceu no "fiscal" e o Real valorizou-se bastante em decorrência de efeitos externos.

E sobre a eficácia da política monetária, uma autoridade do Banco Central falou recentemente que, "talvez os canais de transmissão da política monetária não funcionem com a mesma fluidez com que funcionam em outros países e que eventualmente você precisa dar doses maiores do remédio para conseguir o mesmo efeito" (grifo meu).

O Banco Central, ao invés de trabalhar para melhorar os canais de transmissão da política monetária, num ambiente de choques de oferta, sobe as taxas de juros para níveis acima do necessário.

Se fosse um experimento de laboratório, tudo bem. Mas não é. Isso custa muito caro aos cofres públicos, empresas e famílias.

ROBERTO FIGUEIREDO GUIMARÃES, diretor da ABDIB e ex-Secretário do Tesouro Nacional

Site:

<http://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/>

"Previdência tira investimento da infraestrutura"

SONIA RACY

Raul Velloso, consultor e ex-secretário de Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento

M unido de gráficos que comparam a queda do investimento em infraestrutura no País com o crescimento de gastos com a Previdência nas últimas décadas, o economista Raul Velloso - consultor especialista em finanças e ex-secretário de Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento - alerta para o desequilíbrio das contas do País. "O investimento público em infraestrutura era algo ao redor de 5% do **PIB** nos anos 80. Hoje, caiu para 0,7%.

Enquanto isso, o (investimento) privado ficou parado no mesmo lugar, 1% do **PIB**." Paralelamente, o aumento da população idosa pressiona as despesas da Previdência com aposentadorias. Segundo o especialista, de 1987 a 2000 o crescimento da população idosa foi de 62%. "Quando eu pulo para 2024, os 62% viraram 264%", alerta. "No fundo, é uma disputa entre dinheiro para Previdência, para cobrir desequilíbrios financeiros, e gastos diretos em investimentos, em infraestrutura, para o País crescer." A seguir, os principais trechos da entrevista a Cenários: Você estuda contas públicas há mais de 40 anos, e tem se preocupado muito com a Previdência. Por quê?

Minha preocupação varia com aquilo que eu identifico como sendo a grande dificuldade de cada momento. E isso, obviamente, vai variando no tempo.

As coisas vão mudando.

Neste momento, é o mais importante para você, em termos de contas públicas?

O mais importante neste momento é a questão do desequilíbrio previdenciário. A Previdência está com um elevado desequilíbrio nas suas várias contas.

Você tem a União e, dentro da União, vários grupos, Estados e municípios. Em todos esses casos, nós temos um desequilíbrio financeiro bastante elevado que, obviamente, termina consumindo recursos que deixarão de ir para outro lugar tão importante quanto ou, até mais, dependendo do momento, do que esse

da Previdência.

É claro que não estou dizendo que Previdência é melhor ou pior para ser cuidada do que um outro item. Para mim, a grande disputa é com a questão dos investimentos em infraestrutura, e o setor público no Brasil é o principal agente que atua nessa área. Então, no fundo, é uma disputa entre dinheiro para Previdência, para cobrir desequilíbrios financeiros, e gastos diretos em investimentos, em infraestrutura, para o País crescer. Aí é uma questão de atender à Previdência ou ao objetivo de crescimento do País.

Na última década, os investimentos públicos em infraestrutura têm diminuído. E a iniciativa privada tem entrado nessa área. Uma coisa não compensa a outra?

Não. Na verdade, se a gente calcular o investimento privado e colocar com os investimentos públicos, num gráfico só, calcular uma média, descontando a **inflação**, tomando todos os cuidados técnicos para ter coisas comparáveis, o investimento público em infraestrutura era algo ao redor de 5% do **PIB** nos anos 80. Hoje, esse investimento caiu para 0,7% do **PIB**. Enquanto isso, o privado ficou parado no mesmo lugar, 1% do **PIB**.

Não cresceu?

Não. Ficou constante, em 1% do **PIB** desde 1980. Quer dizer, é óbvio que um desaba e o outro não substitui, vai fazer falta em algum momento.

Nós não estamos conseguindo atender às necessidades de crescimento da economia. Então, se o gasto previdenciário sobe nas suas várias instâncias, é esse item, investimento público em infraestrutura, que vai encolher para abrir espaço para que aquele gasto se realize.

É um círculo vicioso?

É. Só que ele está chegando num momento dramático. Porque o déficit e os gastos previdenciários começaram a crescer desesperadamente, coisa que eu, que mexo nessa área há tantos anos, nunca imaginei que iria testemunhar algo nessa dimensão. De 1987 para 2000, o crescimento da população idosa foi 62%. Quando eu pulo para 2024, os 62% viraram

264%.

comparado com o que ele já foi. I

A reforma da Previdência adiantou muito pouco, é isso?

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Praticamente, nada. Porque tem um fenômeno demográfico muito complicado no Brasil, que foge à esfera econômica, mas que faz com que o número de idosos cresça muito.

A última projeção oficial (da taxa) de crescimento de idoso, em comparação com 1987, é de 679% até 2050.

Mas isso não é um problema exclusivo do Brasil, não é?

Não é, mas está aparecendo com muita força no Brasil, muito mais força do que na maioria dos países. E o nosso regime é um regime de repartição simples, que é o mais comum. De um lado, ele cuida dos que têm mais de 65 anos e, do outro, cobra contribuições daqueles que são chamados população em idade ativa, os mais jovens. Enquanto os idosos passaram a crescer de 62% para 264% e depois pularam para 678%, a população que dá os recursos saiu de 34% para 76% e depois caiu para 65%.

Como resolver isso?

Temos de fazer um ataque em larga escala ao problema. Porque o dinheiro para investir, se não é privado, tem de ser público. E o público não vai parar de gastar no buraco da Previdência.

Então, temos de ajustar a Previdência. Não tem outro jeito.

Continuando nesse ritmo, em quanto tempo a coisa estoura sem retorno?

Olha, se somar gasto em Previdência e assistência, em relação ao gasto total da União, a gente pode ter saído em pouco tempo da ordem de 40% a 50% do total do gasto e estar caminhando para 80%. Esse é o tamanho desse drama. Ou seja, do jeito que nós estamos caminhando, o gasto da União vai virar Previdência, assistência e fraude, três coisas.

E isso vai passar de 50% do total, e é óbvio que vai mexer com todo tipo de pagamento.

(Nesse caso) O Brasil vai enveredar por um caminho que as pessoas hoje não percebem, não têm quase nenhuma ideia de o que é esse Brasil atolado no meio de gastos.

Esse é um Brasil que vai ficar bem pequenininho

GUERRA COMERCIAL

**ISA MORENA VISTA, PAULO RENATO NEPOMUCENO,
HYNDARA FREITAS E ANA FLÁVIA PILAR**

A partir de hoje, os produtos chineses importados pelos Estados Unidos estão sujeitos a sobretaxas de 104%. Na segunda-feira, o presidente americano, Donald Trump, anunciou que imporá tarifas extras de 50% depois de Pequim anunciar uma retaliação às taxas anteriormente anunciadas, que somavam 54%. Após a Casa Branca confirmar as novas tarifas ontem, os mercados entraram em trajetória de queda. No Brasil, o dólar comercial chegou a bater R\$ 6.

A China, por sua vez, deixou claro que não recuará. Antes de o governo americano confirmar a taxa de 104%, Pequim já havia avisado que vai "revidar até o fim". E começou a usar seu arsenal ontem mesmo: o Banco Popular da China afrouxou seus rígidos controles cambiais, e o yuan perdeu fôlego frente ao dólar.

A moeda chinesa era cotada ontem a US\$ 0,13625 - ou seja, um dólar era negociado a 7,3394 yuans -, uma mínima histórica. A taxa de câmbio estabelecida pelo BC chinês para a divisa americana ficou em 7,2038 yuans, o menor valor desde setembro de 2023.

DÓLAR VAI A R\$ 5,99

Para Reinaldo Le Grazie, ex-diretor do Banco Central e sócio da Panamby Capital, a desvalorização do yuan cria espaço para aumentar a competitividade da China frente às tarifas. E alertou:

- O yuan desvalorizar é uma força para desvalorizar o real. É natural que uma moeda emergente como a do Brasil, que tem ligação com commodity e depende do investimento direto do estrangeiro geral, se desvalorize. O cenário internacional, de cada um por si, torna-se difícil, porque o bolo vai ficar menor. Mas o que a China fez, diante da **inflação** baixa, é perfeito.

O diretor-gerente de Mercados Emergentes do banco Wells Fargo, Aroop Chatterjee, disse à Bloomberg que a desvalorização do yuan será "controlada e persistente".

Representantes do governo chinês afiaram o discurso contra as medidas dos EUA:

- Guerras comerciais e guerras tarifárias não têm vencedores, e o protecionismo não tem saída - disse o ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi.

O porta-voz da pasta, Lin Jian, reforçou:

- Intimidação, ameaça e chantagem não são a forma correta de lidar com a China.

Por sua vez, um porta-voz do Ministério do Comércio advertiu que a alta das tarifas "expõe a natureza chantagista dos Estados Unidos".

A nova escalada na guerra comercial afetou os mercados. Ásia e Europa, devido ao fuso horário, fecharam em alta. Nos EUA e no Brasil, o dia também começou otimista. O Ibovespa chegou a subir 1,64%, enquanto o Nasdaq, que concentra papéis de tecnologia, saltou 4%. Mas tudo virou após a confirmação das tarifas.

O Nasdaq fechou em queda de 2,15%, o Dow Jones caiu 0,84%. O S P 500, mais amplo, perdeu 1,57% e ficou abaixo dos 5 mil pontos. Desde que Trump anunciou tarifas recíprocas, há uma semana, o S P acumula perda de 12%.

Em São Paulo, o Ibovespa recuou 1,32%, aos 123.932 pontos. Já o dólar comercial avançou 1,47%, a R\$ 5,997, a maior cotação desde 21 de janeiro. Na máxima, a moeda chegou a ser negociada a R\$ 6 e, no mês, acumula alta de 5,11%.

Pesaram aqui a queda das commodities e o peso da China para a economia brasileira, diz André Valério, economista-sênior do Banco Inter. Ele avalia que tanto o país asiático como os EUA serão os mais afetados pela guerra comercial, o que pode ter impacto negativo na moeda brasileira.

A Vale ON caiu 5,48%, a R\$ 49,20, devido à queda de 3,15% do minério de ferro. Já as ações preferenciais da Petrobras (PN, sem voto) caíram 3,56%, a R\$ 32, com a queda do petróleo. O barril do tipo Brent caiu 2,2%, a US\$ 62,82, enquanto o do WTI perdeu 1,9%, a US\$ 59,58 - ambos no menor patamar em 4 anos.

Em Washington, a tática foi culpar a China pela escalada da guerra comercial:

- Foi um erro a China retaliar - afirmou a porta-voz da Casa Branca, Karoline Leavitt. - Quando os Estados Unidos recebem um soco, (o presidente) dá um soco mais forte. É por isso que as tarifas de 104% entrarão em vigor na China hoje (ontem) à meia-noite.

Ao anunciar as tarifas retaliatórias, aplicáveis a mais de 60 países, a Casa Branca informou que a faixa mais baixa, de 10% (na qual está o Brasil), entraria em vigor no último dia 5; as maiores, que vão até 50%, passam a valer hoje. A previsão, segundo o site da CNBC, é recolher tarifas de 86 países.

Mas até no governo há divergências. Elon Musk, dono da Tesla e que ainda assessora Trump, disse ontem que Peter Navarro é "imbecil" e "um completo idiota". Navarro, um dos principais assessores comerciais da Casa Branca, havia dito à rede CNBC que Musk "não é um fabricante de automóveis", mas "um montador", que trabalha com peças importadas da Ásia. O dono da Tesla ressaltou que seus carros são aqueles com maior número de componentes fabricados nos EUA.

Leavitt, da Casa Branca, minimizou a briga dizendo que "garotos são assim mesmo".

A União Europeia, enquanto isso, faz um apelo pela negociação. A presidente da Comissão Europeia, o braço executivo da UE, Ursula von der Leyen, em conversa com o premier chinês, Li Qiang, pediu ontem que os países evitem uma escalada nas tensões comerciais. Ela enfatizou a responsabilidade de Europa e China "para apoiar um sistema de comércio reformado, livre, justo e nivelado."

A Casa Branca, por sua vez, se diz aberta a negociações. Trump disse ontem que mais de 70 países já entraram em contato, entre eles Japão e Coreia do Sul. À noite, em evento do Partido Republicano, Trump teria dito que a China estaria manipulando o câmbio para escapar das tarifas, segundo a Reuters. E indicou que seu próximo alvo em tarifas será o setor farmacêutico.

'MAIS PERTO DA PORTA'

Em evento em São Paulo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a criticar Trump por causa do tarifaço:

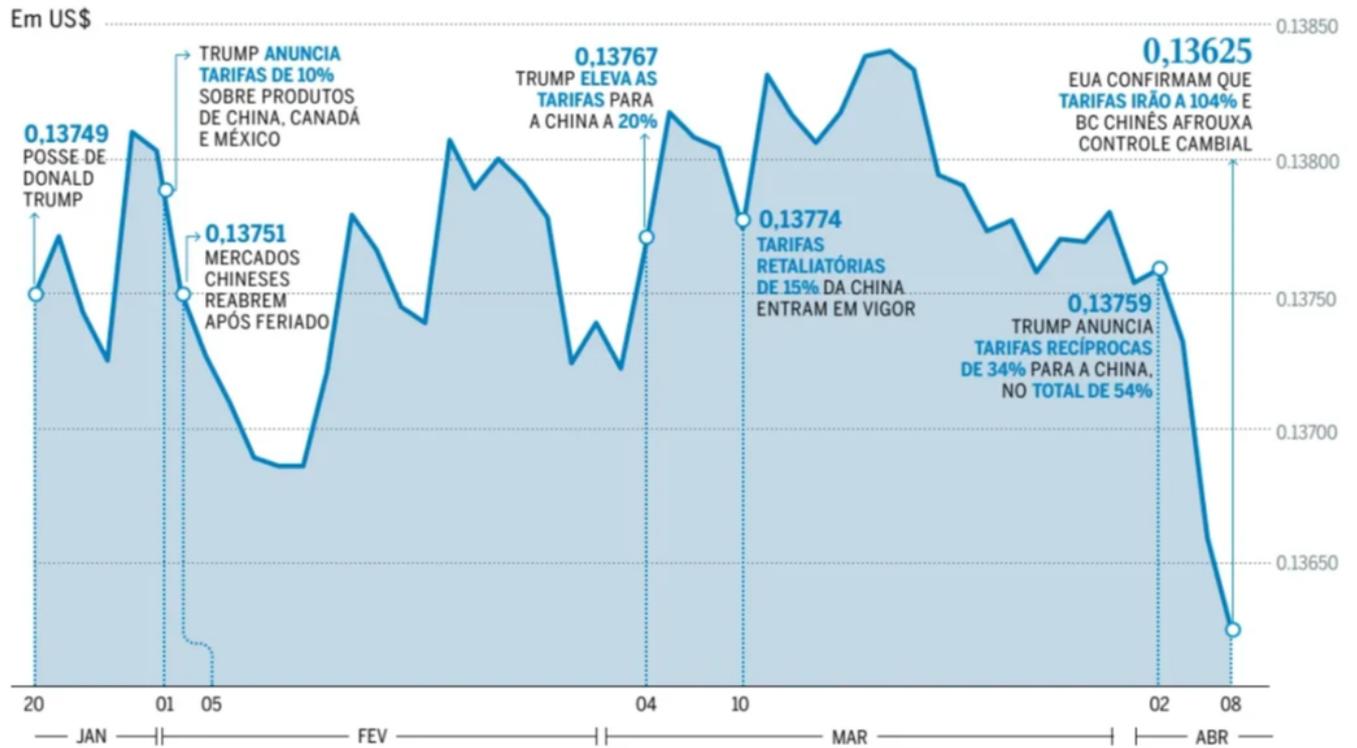
- Ninguém briga com quase 200 países. A coisa mais importante hoje é o multilateralismo.

Já o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, também em São Paulo, disse considerar o Brasil mais bem posicionado que outros países da América Latina para enfrentar o tarifaço:

- Tem reservas cambiais, um saldo comercial robusto. Não é o caso de nenhum outro país latino-americano, por exemplo. Diante do incêndio, relativamente, nós estamos mais perto da porta.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

A OSCILAÇÃO DO YUAN FRENTE AO DÓLAR



As Bolsas e o câmbio ontem



EUA
(NOVA YORK)

Índice	Variação
Dow Jones	-0,84%
S&P 500	-1,57%
Nasdaq	-2,15%



BRASIL
(SÃO PAULO)

Ibovespa
-1,32%

↑
Dólar
+1,47%,
a R\$ 5,99

Fonte: Bloomberg e ValorPro

EDITORIA DE ARTE

'É POSSÍVEL QUE OS EUA CAMINHEM PARA UM ESTADO DE ESTAGFLAÇÃO'

CÁSSIA ALMEIDA

Samuel Pessoa / economista

Para o pesquisador da FGV/Ibre, o problema não é a manufatura ter saído dos Estados Unidos. Há uma mão de obra com escolaridade média que é pouco produtiva

O economista Samuel Pessoa, pesquisador associado do FGV/Ibre, diz que em pouco tempo -seis meses no máximo - os Estados Unidos começarão a sentir os efeitos do tarifaço do presidente Donald Trump na economia doméstica, com **inflação** mais alta e estagnação, a chamada estagflação. Ele diz que os empregos prometidos por Trump não devem voltar, já que a tecnologia avançou muito e a produção de bens está robotizada. Mesmo que a indústria voltasse, as grandes contratações não voltariam. A questão é mais sensível para o trabalhador americano de escolaridade média, que não tem formação suficiente para disputar o setor mais nobre do capitalismo, a exportação de serviços de tecnologia, nas mãos de empresas como Apple, Microsoft e Google.

Vai dar certo a estratégia de Trump de fazer uma guerra comercial com o mundo para recuperar empregos?

As medidas de Trump vão desorganizar a atividade produtiva mundial. Haverá perda de produto no mundo todo, mais concentrado nos Estados Unidos. É possível que o país caminhe para um estado de estagflação. Primeiramente, não tem emprego perdido, o país opera a plena carga. Não é um problema real. O que aconteceu há 25 anos, com a emergência da China, é que algumas atividades foram para a China. Isso gerou, naquela época, efeitos ruins em algumas comunidades. Isso foi há 25 anos, a tecnologia já mudou. A indústria está toda robotizada. Se voltar para os EUA, vão voltar os robôs. Não houve propriamente uma perda da indústria. Os Estados Unidos se especializaram na produção e exportação de serviços sofisticados. Vale do Silício é nos Estados Unidos, que exporta esses serviços, com

Apple, Google, Microsoft. É o setor mais nobre do capitalismo internacional. Está nos EUA e exporta.

Mas qual o motivo dessa adesão dos americanos ao

projeto de Trump?

O problema não é a manufatura ter saído de lá. Há uma mão de obra com escolaridade média que é pouco produtiva. E tem de resolver um problema de baixa qualidade de redes públicas de educação. É um problema associado à formação das pessoas.

Qual a estratégia de Trump?

A impressão que dá é que ele acredita nessas coisas, de que existe um comércio desigual, e os EUA são explorados, e que tem de colocar tarifas. É difícil entender uma coisa que não faz sentido. Já tinha essa agenda das tarifas no primeiro mandato, numa forma menos

disfuncional. Não sei o que aconteceu na cabeça dele entre o primeiro e o segundo mandatos. Mas espanta o nível de amadorismo, como vimos na fórmula que usaram para calcular a tarifa de importação de cada país. Ele quer reconstruir a indústria americana, quer voltar para os anos 1950. É uma loucura, a rodado mundo não vai voltar para trás. A tecnologia avançou. É uma estratégia muito ruim.

Há chances de ele voltar atrás nas medidas com as retaliações anunciadas por China e União Européia?

Difícil saber o que Trump vai fazer, mas ele precisa das tarifas como uma fonte de receita de **impostos**. Ele quer manter as desonerações de **impostos** (feitas pelo presidente anterior, Joe Biden, que terminariam este ano) e está com déficit público grande. Ele precisa de receita. Ele consegue pegar custo da tarifa e pôr do outro lado. Nas simulações que já vi, se todo mundo botar tarifa, os Estados Unidos são os que menos perdem. Como é um grande consumidor, tem poder de barganha e consegue reduzir parte das tarifas dos outros. Para a China, machuca muito. Mas se desorganizar muito - Trump já demonstrou que não é muito ideológico -ele pode voltar atrás, pois já fez isso outras vezes. Vimos nessa gestão. Ameaçou, pôs um prazo. No mandato anterior, negociou com muita gente. O Brasil negociou as tarifas do aço. Ele vai na tentativa e erro, dependendo do nível de desorganização que produz, volta um pouco.

E os efeitos para o Brasil?

O Brasil é muito fechado (para o comércio externo). E pagamos um custo imenso por sermos muito fechados. Mas, nesse momento, estamos mais protegidos.

E quais serão os efeitos para a economia mundial?

Vai desorganizar a estrutura produtiva. A produtividade no mundo vai cair. A capacidade produtiva vai cair. Essas medidas geram muita incerteza e certa recessão na economia mundial. Essa queda de demanda, conjuntamente com desorganização da oferta, gera estagflação. Mesmo com o mundo entrando em recessão, a **inflação** não cai e é provável que até suba, com a desorganização da oferta.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Dívida volta a subir e atinge 76,2% do PIB em fevereiro

BERNARDO LIMA

A dívida bruta do Brasil voltou a subir em fevereiro e atingiu 76,2% do **PIB**, de acordo com dados do Banco Central (BC) divulgados ontem. Foi uma alta de 0,5 ponto percentual em relação ao mês anterior.

No total, o endividamento bruto chegou a R\$ 9,045 trilhões. A relação da dívida como proporção do **PIB** é considerada por especialistas como o conceito mais adequado para medir e comparar o endividamento das nações. A dívida do Brasil é considerada alta e cara, na comparação com pares emergentes.

Por isso, diferentes governos têm adotado medidas de ajuste nas contas. O dado divulgado ontem inclui números do governo federal e de governos estaduais e municipais.

A alta registrada em fevereiro -o número de março ainda será divulgado -se deve, principalmente, ao efeito dos juros nominais e da emissão líquida de dívida. Por outro lado, houve variação negativa do **PIB** nominal.

Como metade dos títulos emitidos pelo governo federal estão atrelados à Taxa Selic, o aumento promovido pelo BC na taxa básica de juros gera uma pressão adicional no endividamento público.

Em fevereiro, o governo federal fechou as contas no vermelho, com rombo de R\$ 28,517 bilhões ante resultado negativo de R\$ 57,821 bilhões em fevereiro de 2024. Os governos estaduais registraram superávit de R\$ 6,633 bilhões. Já as estatais - afora Petrobras e bancos públicos - contribuíram para redução do déficit das contas públicas, com o resultado positivo de R\$ 299 milhões em fevereiro de 2024.

A redução do déficit federal em fevereiro se deve a alguns fatores. Um deles foi a demora na aprovação do Orçamento, que deverá ser sancionado no dia 11.0 presidente Lula tem até o dia 15 para assinar a peça orçamentária deste ano. Além disso, houve uma mudança no calendário de pagamento de precatórios (dívidas decorrentes de decisões da Justiça). Em fevereiro de 2024, o governo pagou essas dívidas, algo que não aconteceu no mesmo mês deste ano, melhorando o resultado mensal.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Guerra comercial é um cenário realista (Artigo)

Por Nilson Teixeira

David Ricardo, em "Princípios de Economia Política e Tributação", de 1817, ensinou que a elevação de tarifas de importação reduz a eficiência da economia e diminui o bem-estar ao impedir a especialização de cada país na produção de bens em que é mais eficiente. As evidências vão ao encontro dessa leitura ao demonstrarem que o comércio exterior melhora o padrão de vida nos países que aumentaram muito suas exportações, bem como o daqueles que passaram a ter acesso a bens por preços menores do que quando produzidos localmente.

Mesmo assim, associada à visão mercantilista de que o enorme déficit comercial dos Estados Unidos comprova que as condições do comércio exterior são muito desfavoráveis para os americanos, a agenda do presidente Donald Trump parece ser a de reverter esse déficit por meio da correção de parte das distorções tarifárias.

Nesse sentido, Trump nos primeiros meses da sua gestão elevou o Imposto de Importação (II) sobre parte dos bens produzidos no Canadá e no México, aumentou o II de bens originados na China e adicionou alíquota de II sobre o aço e o alumínio. Além disso, o presidente americano postergou altas anunciadas sob a alegação de que os países afetados tinham prometido ajustar suas legislações de comércio exterior e conter a imigração e o tráfico de drogas por suas fronteiras.

Até por falta de ações efetivas dos países envolvidos, Trump aumentou de forma expressiva o II em 2 de abril, visando, supostamente, tornar as condições do comércio exterior mais recíprocas. O governo americano impôs tarifas adicionais de 34% para a China, 20% para a Europa, 24% para o Japão, 46% para o Vietnã, 10% para o Reino Unido e 10% para o Brasil, entre outros países. As alíquotas efetivas serão menores por conta de abatimentos, como o da não incidência sobre a importação de chips, bem como de novas exclusões de setores nas próximas semanas após pressões domésticas.

R. Baldwin em "A grande convergência: tecnologia da informação e a nova globalização", de 2016, dá algum suporte à tese de Trump de que a sua decisão unilateral força uma negociação rápida com

concessões pelos principais parceiros comerciais dos EUA. Uma negociação bem-sucedida para a reversão da alta de tarifas pelos EUA incorporaria a redução do II de forma generalizada e o corte de barreiras não tarifárias pelo país afetado.

Não obstante, as circunstâncias políticas favorecem bastante a retaliação dos países afetados contra o aumento do II pelos EUA, ainda mais quando as alternativas consideradas mais apropriadas pelos especialistas embutem claras restrições e ineficiências:

A negociação, com possível arbitragem da Organização Mundial do Comércio (OMC), dificilmente funcionará. Além das discussões serem burocrática e lentas, os países afetados dificilmente proporão cortes significativos de tarifas e de barreiras não tarifárias.

A busca de maior diversificação comercial e a ampliação de parcerias regionais não são soluções de curto prazo nem se aplicam aos grandes exportadores, pois não há mercados capazes de absorver o mesmo volume comprado pelos EUA.

Apesar de a concessão de renúncias tributárias no curto prazo poder elevar a competitividade dos setores afetados e contrabalançar o declínio das suas exportações, esses estímulos são de difícil implementação por conta dos déficits fiscais já enormes e da provável operacionalização ineficaz dessas medidas, ao acabar por incorporar setores não prejudicados, mas com grupos de interesse poderosos.

A decisão de não reagir à decisão americana seria uma boa alternativa, mas a ausência de resposta do governo é politicamente complexa ao ser confundida com submissão ou incompetência.

Consequências são claras: maior incerteza, desaceleração da atividade, menor comércio e mais **inflação**

Nesse ambiente, representantes de países afetados têm criticado arduamente as decisões do governo americano e defendido as vantagens de um alegado livre-comércio, mesmo que seus mercados sejam muito mais protecionistas e tenham alíquotas de II mais altas do que as dos EUA para um número

expressivo de produtos.

A resposta mais comum será, portanto, a adoção de retaliações pela maioria dos países - elevação do II sobre produtos importados dos EUA, sem nenhuma consideração mais profunda sobre o corte de suas barreiras tarifárias ou não tarifárias. A China já anunciou forte retaliação, com aumento do II também de 34% sobre todos os bens importados dos EUA, novas investigações de ações não concorrenciais, controle de exportações de terras raras e inclusão de novas empresas americanas às listas de exportadores sujeitos a barreiras não tarifárias. É bastante provável que mais países atuem na mesma direção nas próximas semanas.

O maior risco, portanto, é de o processo escalar para uma guerra comercial, com os EUA retaliando as retaliações. As consequências são claras: maior incerteza, menor comércio exterior, desaceleração da atividade, maior **inflação** e menor bem-estar, conforme discutido por P. Fajgelbaum e A. Khandelwak em "Os impactos econômicos da guerra comercial EUA-China" de 2021.

Retaliações por regiões com comércio bilateral mais intenso com os EUA, estrutura econômica mais complexa, pouca dependência do comércio com os EUA ou com fácil capacidade de diversificação de mercado podem até funcionar caso a pressão a favor da reversão da alta do II por consumidores finais e fabricantes americanos seja bem-sucedida em apontar os riscos de **inflação** mais alta e persistente, de recessão e de alta do desemprego.

Essa expectativa é, porém, muito otimista. Apesar de não ser possível descartar a volta atrás em parte das suas decisões, Trump já expressou sua crença de que os benefícios de médio prazo da imposição de maior tributação mais do que compensam os seus efeitos negativos imediatos.

Em suma, a ineficácia das alternativas e, principalmente, a resistência dos países envolvidos de reduzir barreiras tarifárias e não tarifárias elevam a probabilidade de um cenário de guerra comercial, onde todos os países, inclusive aqueles que não foram diretamente afetados, acabam muito prejudicados. Apesar de ainda ser prematuro tornar esse o cenário mais provável, os prognósticos vão nessa direção.

Nilson Teixeira, Ph.D. em economia, escreve quinzenalmente neste espaço.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188162?page=6
§ion=4](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188162?page=6§ion=4)**

União preparou líder da sigla para substituir Juscelino em ministério e fortalecer Rueda - COLUNA DO ESTADÃO

ROSEANN KENNEDY COM EDUARDO GAYER E AUGU

O presidente do União Brasil, Antonio Rueda, combinou com o Planalto uma demissão rápida de Juscelino Filho para evitar constrangimentos ao presidente Lula. Mas negociou também a indicação do novo nome para comandar o Ministério das Comunicações.

De acordo com integrantes do partido ouvidos pela Coluna, Rueda já vinha preparando o líder na Câmara, Pedro Lucas Fernandes (MA), para indicá-lo para o cargo. O deputado fez gestos de aproximação com o governo petista.

Em fevereiro, apresentou um projeto de lei contra o desperdício de alimentos, justamente num momento em que os preços dos alimentos impactam a popularidade de Lula.

Na semana passada, Pedro estava na comitiva presidencial que foi ao Japão. Procurado, Rueda não respondeu.

I REFORÇO. Pedro Lucas é nome ligado diretamente a Rueda, também com apoio do presidente do Senado, Davi Alcolumbre. Sua indicação para o ministério faz o presidente do União acumular mais poder. Além de presidir a sigla, Rueda mantém influência na tesouraria, que é chefiada por Maria Emília Rueda, sua irmã.

I AVAL. O União vai aguardar a volta de Lula de uma viagem a Honduras para bater o martelo sobre o nome de Pedro.

I SEIS POR MEIA DÚZIA. Integrantes do Centrão acreditaram que a saída de Juscelino poderia ajudar a destravar a **reforma ministerial**. Mas, com o racha no União que tem forte ala de oposição ao governo, o tabuleiro da Esplanada ficou da mesma forma. Até o momento, Lula trocou 3 ministros e só mudou PT por PT. Também substituirá União por União, sem conseguir afagar as siglas que cobram mais espaço.

I DATA. A Confederação Nacional de Saúde pediu ao Ministério do Trabalho que adie por um ano a entrada

em vigor da fiscalização de riscos psicossociais para funcionários, prevista para 26 de maio. A entidade reclama de falta de informações.

A pasta não prevê prorrogação e diz que regras estão claras.

I CALMA. A comissão especial sobre a ampliação da isenção do Imposto de Renda só deve ser instalada após o feriado de Páscoa. A avaliação é do presidente do colegiado, deputado Rubens Pereira Júnior (PT).

I DE ACORDO. Em julgamento que envolve denúncias de fraudes na prefeitura de Sorocaba (SP), o TRF-3 reforçou o entendimento de que o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) não precisa de aval judicial para compartilhar dados com a polícia ou o Ministério Público.

O STF também fizera essa leitura no ano passado.

I SINAL... Presidente da Anfavea, Márcio de Lima Leite lamentou ontem o atraso na regulamentação do programa Mover.

Em sua última coletiva à frente do comando da associação das montadoras de veículos, ele disse que o mercado aguarda há meses o decreto que definirá as alíquotas do IPI Verde.

I ...FECHADO. "Há falta de previsibilidade e começamos a ver atraso nos investimentos do setor automotivo.

Não apenas dos fabricantes de veículos, mas também o setor de autopeças", disse.

"Além disso, a conta do governo para P D foi insuficiente."

VODCAST "DOIS PONTOS" | Hoje sobre como amizade faz bem à saúde

Bruno Terra

Psiquiatra e neurocientista

"Um pilar pouco discutido é como os nossos relacionamentos de qualidade e quantidade têm um papel de agente protetivo do nosso adoecimento psíquico."

Larissa Magrisso

Fundadora da plataforma Lúcidas

"Amizade dá trabalho, precisa de intenção e energia. É mais uma tarefa, mas tem recompensa imediata e, por isso, precisamos abrir espaço para ela."

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Repasse cambial para preços pode ficar pelo caminho

Uma das premissas presentes em boa parte das análises sobre **inflação** este ano, a alta mais forte dos preços de bens industriais por causa da desvalorização do real em 2024 tem demorado a dar as caras este ano. Embora os preços no atacado já tenham incorporado esse movimento, ele ainda não se materializou completamente ao consumidor final e pode, inclusive, acabar não ocorrendo, a depender do desenrolar guerra tarifária promovida pelos Estados Unidos contra o resto do mundo.

Nos cálculos do Itaú Unibanco, caso o repasse contratado pela alta dos preços no atacado não se materialize, o impacto sobre o IPCA cheio é de 0,16 ponto porcentual (p.p.). O câmbio, inclusive, é o principal risco baixista da projeção de **inflação** do banco para este ano, atualmente em 5,7%.

"Quanto mais o tempo passa e esse reajuste não vem, cresce o risco de que ele deixe de acontecer completamente", diz a economista Luciana Rabelo.

Em um estudo recente em que construiu um núcleo de bens industriais com sensibilidade maior que à média às variações tanto do dólar e de commodities metálicas em reais, ela sugere que a velocidade do repasse cambial acelerou e passou a ser mais contemporâneo por causa da economia aquecida, operando acima do seu potencial. Este comportamento segue em vigor, diz.

"Os bens industriais mais sensíveis ao câmbio haviam ganhado alguma tração no fim do ano, junto com o movimento que levou o dólar a R\$ 6,27, mas recentemente esse grupo estabilizou e agora começou a desacelerar", afirma a economista. No momento, a **inflação** deste grupo - cerca de 40% do total de industriais - desacelerou para 2% na média móvel de três meses dessazonalizada e anualizada do IPCA-15, contra 3,1% de toda a classe.

Luciana, no entanto, prega cautela com esse número, notando que as coletas do IPCA-15 de março pegaram descontos da Semana do Consumidor, o que pode ter afetado pontualmente o indicador. Outro motivo que segura no cenário-base do Itaú a premissa de que o repasse ainda vai ocorrer é o fato de que, em um exercício semelhante feito para o Índice de Preços no Atacado (IPA), o grupo de industriais sensíveis à variação das commodities começou a desacelerar,

mas o grupo ligado à **inflação** do IPCA, como automóveis e eletrodomésticos, segue acelerando.

Tradicionalmente, a literatura econômica pontua que o repasse cambial demora entre seis meses e um ano para ocorrer. A velocidade e intensidade, no entanto, varia também de fatores como o nível de atividade econômica e também o sentido do movimento - episódios de valorização acabam surtindo alívio menor do que casos de desvalorização da moeda.

Há quem acredite, por outro lado, que o repasse da desvalorização cambial de 2024 já foi completamente incorporado aos preços ao consumidor, caso da estrategista de **inflação** da Warren Investimentos, Andréa Angelo.

"Levando em consideração que o câmbio já operava nas últimas semanas [antes do anúncio de Trump] perto da média de 2024, que era de R\$ 5,80, acredito que não tem mais repasse, se esgotou", diz. A economista também é autora de um estudo que identificou um efeito mais imediato dos choques cambiais nos últimos anos.

"Ocorre que essa mudança muito contemporânea de preços relativos assustou um pouco os analistas, levando muitos a **temer** uma nova perna de repasse cambial. Desde janeiro, no entanto, esse lado meio que parou de andar. Não é que está bom, só parou de piorar", pondera.

Um elemento que reforça a crença nessa tese, avalia, é a percepção de que o choque secundário dos bens para os serviços parece ter perdido força após leituras bem acima da expectativa na virada do ano. "Leituras recentes dos serviços subjacentes continuam ruins, mas não vieram tão ruins quanto alguns esperavam. Então acredito que os exercícios que projetavam alta de 8% ou até 9% dos serviços neste ano começaram a perder força."

Economista-chefe da Parcitas, Vitor Martello dá outras explicação possível para o repasse aquém do esperado. "É possível que a alta do dólar de 2024 ainda não chegou aos preços no Brasil porque o não impacta totalmente a cesta de produtos que importamos. Importamos 20% dos Estados Unidos, mas como a moeda brasileira não perdeu tanto na comparação com a moeda de outros parceiros, esse

impacto se dilui", argumenta.

Quanto mais o tempo passa e esse reajuste não vem, cresce o risco de que ele não ocorra completamente"

- Luciana Rabelo

O economista aponta que outro canal de repasse do câmbio que tradicionalmente atinge a **inflação** como um todo no Brasil, mas que ficou apagado recentemente, é o preço do combustível. Isto porque, enquanto o dólar subiu cerca de 17% entre o fim de março de 2024 e o de 2025, o barril do petróleo caiu de US\$ 87 para US\$ 74, menos 17,5% na mesma janela, variação semelhante ao preço da gasolina no mercado internacional (-17%).

"Os três últimos choques de **inflação** relevante no Brasil tiveram todos um componente forte de energia. Em 2015 por causa do tarifaço de energia elétrica e da alta do petróleo, em 2018 pela escassez de oferta no mundo agravado pela greve dos caminhoneiros, e 2021-2022 pelo cenário de reabertura da economia global e a guerra da Ucrânia. Hoje, esse componente está desligado", salienta.

Sobre os efeitos do tarifaço de Trump, Andréa avalia que um dólar mais globalmente fraco, combinado com menor crescimento dos Estados Unidos e do mundo, aponta para um alívio dos preços de industriais no Brasil. Em seus cálculos, caso o dólar volte a R\$ 5,50, ele pode tirar 0,27 p.p. do IPCA cheio este ano. Com isso, sua projeção atual passaria de 5,50% para 5,2%.

"Este número leva em consideração que, no movimento de apreciação do real, o repasse é menor e não incorpora qualquer efeito de um possível excesso de oferta de bens no mundo causado pelas tarifas de Trump à China e a outros países do leste asiático", diz.

Avaliação semelhante faz André Valério, economista do Banco Inter. Para ele, a queda do dólar pode acelerar a normalização da **inflação** de industriais, que rodou perto de 0,2% ao mês no ano passado ano passado, o dobro da leitura atual.

"A continuidade dessa tendência depende, em boa medida, da tendência cambial. Mantendo-se essa tendência de valorização do câmbio, podemos ver um repasse ainda maior para os industriais, influenciado também pela dinâmica das commodities após o tarifaço, com queda intensa do petróleo e no minério de ferro", alerta.

Martello ajustou recentemente sua projeção do IPCA dos industriais de 3,9% para 3,5%, mas a do índice cheio caiu menos, de 5,5% para 5,4%, por uma visão

pior sobre a **inflação** de serviços. Sobre a guerra tarifária, ele enxerga riscos baixistas de curto prazo tanto no dólar mais fraco como a pressão sobre os preços dos produtos industriais exportadores pelo leste asiático - cada 10% de queda nas importações americanas são US\$ 300 bilhões mais de exportação para outros destinos, lembra.

"As indústrias asiáticas, que cresceram muito na perspectiva de um mercado americano enorme, hoje se veem numa situação de muito parque industrial para pouco mercado, e aí vão seguir exportando deflação por mais tempo. No longo prazo, as coisas se ajustam: as indústrias vão investir menos, diante de um mercado consumidor menor, mas no curto prazo a situação é de excesso de máquinas e plantas produtoras", diz.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188162?page=20§ion=1>

Powell tem dilema entre defender economia e conter inflação

Claire Jones, Stephanie Stacey e Kate Duguid

As tarifas de Donald Trump chocaram mercados mundiais - e também deixaram um problema bem espinhoso nas mãos do banco central dos Estados Unidos: cortar as taxas de juros e ajudar a evitar uma forte desaceleração econômica ou mantê-las em um nível alto para evitar um novo surto inflacionário.

A expectativa do mercado é de cortes. Depois do mergulho das ações na esteira do anúncio pelo presidente dos EUA das tarifas de seu "Dia da Libertação", os operadores agora apostam em quatro ou cinco cortes de juros em 2025 - antes do grande anúncio de Trump, eles previam três.

No entanto, a mensagem do presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA), Jerome Powell, teve um tom de linha mais dura contra a **inflação**. Powell disse na sexta-feira que as tarifas teriam um impacto "persistente" sobre a **inflação** nos EUA, o que tornaria mais difícil dar início a uma flexibilização monetária.

É uma divergência que poderia, em parte, definir o rumo da economia dos EUA em 2025. Os grandes bancos de Wall Street já estão suando com o problema enquanto revisam suas projeções de **inflação** para cima e as de crescimento da economia para baixo - alguns alertam até para a possibilidade de os EUA entrarem em recessão, se Trump não recuar nas tarifas.

Isso implica ações do Fed para reduzir os juros. Trump concorda.

Pouco antes de Powell falar na sexta-feira, com o índice S P 500 em plena queda livre, o presidente publicou na plataforma de relacionamento social online Truth Social que este seria "um momento PERFEITO" para Powell cortar os juros. "Ele está sempre "atrasado", mas agora pode mudar sua imagem, e rápido", escreveu Trump. "CORTE AS TAXAS DE JUROS, JEROME, E PARE DE FAZER POLÍTICA!"

Muitos economistas não acham que a questão seja tão clara. O índice de preços de despesas pessoais (PCE, na sigla em inglês) está em 2,5% ao ano, de forma que continua acima da meta de 2% do Fed - e as

autoridades do banco central preveem que as tarifas vão acelerar o ritmo de alta dos preços.

"O Fed está em uma posição excepcionalmente difícil no momento", disse Sarah House, economista sênior do banco Wells Fargo. Ela acredita que o banco central tentará manter os juros entre 4,25% e 4,5% pelo maior tempo possível.

Na segunda-feira, Adriana Kugler, diretora do Fed, disse que conter as expectativas de **inflação** de longo prazo deveria ser "uma prioridade" e argumentou que a antecipação de compras de bens como automóveis, em função do anúncio das tarifas, poderia impulsionar o crescimento no curto prazo.

O executivo-chefe da BlackRock, Larry Fink, também se mostrou mais preocupado com a **inflação** e disse ver "chance zero" de cortes de juros no curto prazo.

"Estou preocupado com a **inflação** se todas essas tarifas realmente entrarem em vigor", disse.

Autoridades do Fed também indicaram que, até terem sinais claros de que o impulso da economia foi revertido e que o choque comercial provocado por Trump não está mais pressionando os preços para cima, o banco central permanecerá em "modo de esperar para ver".

O presidente do centro de estudos Peterson Institute for International Economics, Adam Posen, disse que o Fed não vai "prejulgar" o impacto das tarifas ou dos planos fiscais de Trump, como os grandes cortes nos **impostos**.

"Se isso vai funcionar ou não, essa é claramente a estratégia que Powell e a liderança do Fed escolheram para navegar neste

cenário político", disse Posen. O Fed "poderia e, talvez, deveria esperar até setembro" antes de cortar os juros, acrescentou.

O mercado, por sua vez, agora acredita que um corte chegará muito antes, de 0,25 ou até 0,5 ponto percentual, já na reunião do Fed em junho - na semana passada, a previsão era de um corte de 0,25 ponto, e só em julho.

Por outro lado, economistas dizem que o Fed dará prioridade ao controle da **inflação**, e não ao risco de recessão-ainda mais após dois anos sob uma das piores ondas inflacionárias da história recente.

"Nesse cenário, no qual também há essa pressão inflacionária, é improvável que o Fed atue de forma preventiva e faça cortes de segurança", disse Claudia Sahm, ex-integrante do Fed e atual economista-chefe da New Century Advisors.

Vincent Reinhart, ex-integrante do Fed e agora economista-chefe da BNY Investments, disse que as autoridades monetárias poderiam ter dificuldades para desenvolver uma estratégia clara, dado o cenário "particularmente incerto".

O perigo de o Fed esperar por uma "demonstração clara" dos impactos das tarifas na economia é acabar agindo tarde demais, acrescentou. "Esperar o máximo possível é uma receita sob medida para esperar tempo demais."

Muito dependerá, primeiro, de Trump e de qual tamanho as tarifas realmente terão. Na segunda-feira, ele propôs aumentar ainda mais as taxas sobre a maior exportadora do mundo, a China, ao mesmo tempo em que sinalizou estar aberto a acordos com países como o Japão. Ontem, a Casa Branca anunciou tarifas de 104% sobre todas as importações da China.

Se Trump mantiver as tarifas mais duras, o impacto na demanda do consumidor pode ser tão forte que dissiparia quaisquer preocupações com a **inflação** e direcionaria todas as atenções para o estado da economia.

"A probabilidade, fazendo um balanço, é que isso acabe não levando a [mais] **inflação** no longo prazo", disse Krishna Guha, da Evercore ISI.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188162?page=6
§ion=4](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188162?page=6§ion=4)**

Escalada de taxaço pesa contra bolsas

Maria Fernanda Salinet, Bruna Furlani, Artur Scaff, Cristiana Euclides e Luana Reis

O alívio inicial nos mercados diante da possibilidade de avanços em acordos bilaterais entre Estados Unidos e China deu lugar a um clima de tensão ao longo do pregão de ontem. Com o fim do prazo estipulado por Washington para que o gigante asiático recuasse de suas tarifas retaliatórias, o presidente americano, Donald Trump, anunciou que irá impor taxaço de 104% sobre os produtos chineses. O acirramento dos conflitos comerciais provocou uma forte aversão ao risco, pressionando fortemente as bolsas globais e reacendeu preocupações em torno de uma recessão mundial.

Em Wall Street, o índice Dow Jones recuou 0,84%, fechando aos 37.645,59 pontos. Já o S P 500 caiu 1,57%, para 4.982,77 pontos, e chegou a entrar brevemente em "bear market" - quando a queda atinge 20% em relação ao pico mais recente. Todos os setores do S P 500 terminaram o dia no negativo, com materiais (-2,96%) e consumo discricionário (-2,54%) liderando as perdas. Já o Nas-daq registrou a maior desvalorizaço, ao recuar 2,15% e fechar aos 15.267,91 pontos.

Os investidores começaram o dia com certo otimismo, impulsionados pelos preços baixos dos ativos e pela expectativa de avanços nas negociações entre Estados Unidos e Japão. No entanto, conforme se aproximava o fim do prazo para que a China recuasse de suas tarifas retaliatórias, os temores de uma escalada nos conflitos comerciais ganharam força e pressionaram as ações para baixo.

Entre os destaques negativos do dia, as empresas chinesas listadas em Nova York sofreram fortes quedas. Os ADRs (recibos de ações) da PDD Holdings, por exemplo, recuaram 6,03%. O setor de tecnologia também foi duramente impactado pelo estresse no mercado: as ações da Tesla caíram 4,9%, enquanto os papéis da Apple cederam 4,98%.

A escalada da guerra comercial também atingiu o Ibovespa, que recuou 1,32%, aos 123.932 pontos, pressionado por papéis de commodities. As ações da Vale caíram 5,48%, devido à desvalorizaço do yuan promovida pelo governo chinês na tentativa de compensar a perda de competitividade provocada pelas tarifas impostas pelos EUA. No entanto, a queda do yuan também reduz o poder de compra da China, o que levanta dúvidas sobre a demanda futura por

minério de ferro e intensifica o pessimismo em relação à Vale. Desde o anúncio do "tarifaço" na última quarta-feira, a mineradora já perdeu R\$ 34,5 bilhões em valor de mercado e atualmente está avaliada em R\$ 223,9 bilhões.

O diretor de investimentos da Nau Capital, Maurício Valadares, afirma que a depreciaço do yuan em relação ao dólar tem efeito direto sobre commodities e empresas que trabalham com matérias-primas. "Uma China enfraquecida, que é basicamente a maior consumidora de commodities do globo, gera um efeito para baixo em ações como a da Vale, já que a China é a maior importadora de minério de ferro do mundo", aponta.

A falta de visibilidade dos mercados impulsionada pela postura de Trump criou um ambiente de incertezas sem precedentes, avalia Marcelo Nantes, gestor de renda variável do ASA. Segundo ele, se antes os EUA eram um país em que era possível traçar cenários, a guerra comercial rompeu esse padrão.

"O que Trump conseguiu fazer nos últimos 30 dias é colocar uma incerteza no mercado que não existia. E a incerteza é a pior coisa para o mercado", afirma o gestor. "Já o risco é ótimo. A gente analisa, calcula, mensura e toma o risco. Esse é o nosso trabalho. A incerteza é muito ruim porque é um risco que se não consegue mensurar."

Outras ações ligadas a commodities também registraram fortes perdas no pregão de ontem. Os papéis ordinários e preferenciais da Petrobras caíram 3,20% e 3,56%, respectivamente. Com isso, o valor de mercado da estatal recuou para R\$ 430,9 bilhões - uma queda de R\$ 75,5 bilhões desde o anúncio das tarifas americanas. Entre as maiores desvalorizações do dia, destacaram-se CSN ON, que caíram 5,70%; Braskem PNA, com queda de 5,62%; e Usiminas PNA, que recuaram 4,66%.

Diante da escalada da guerra comercial entre EUA e China, o gestor do ASA reduziu a exposiço em Vale e Petrobras, prevendo impactos diretos sobre empresas de commodities. A estratégia da casa tem sido manter uma carteira mais defensiva, priorizando ações de concessionárias e energia, como Eletro-bras, Copei, Sabesp e Equatorial, por serem menos vulneráveis ao cenário de recessão global.

Para os economistas do Citi, as tarifas comerciais podem reduzir o crescimento do Produto Interno Bruto

(PIB) de 1 a 2 pontos percentuais nos próximos quatro trimestres. Para os demais países, o impacto seria cerca de metade desse valor.

Apesar de boa parte do mercado ainda considerar exagerada a chance de recessão, cresce a preocupação com uma desaceleração econômica mais acentuada. Segundo o Goldman Sachs, o atual "bear market" pode facilmente evoluir para um ciclo mais duradouro, dado o crescente risco de recessão na economia americana, cuja probabilidade foi recentemente elevada para 45% pelo banco.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188162?page=6
§ion=4](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188162?page=6§ion=4)**

Bolsas dão sinais de recuperação

As Bolsas registraram uma leve recuperação ontem, após uma segunda-feira de quedas generalizadas nos mercados da Ásia, Europa e Estados Unidos. Na Ásia, Tóquio fechou em alta de mais 6%, após a queda de 8% na véspera. Na Europa, os principais índices operavam em alta: às 11h GMT (8h de Brasília), Paris avançava 1,4%, Londres 1,74%, Frankfurt 1,37% e Madri 0,80%.

Wall Street também abriu em forte alta, após três quedas bruscas.

Os três principais índices americanos operavam em alta de mais de 3% no início das operações, depois que Trump apresentou de forma positiva um telefonema com o governo sul-coreano, enquanto o secretário do Tesouro americano, Scott Bessent, afirmou que o Japão busca negociações rápidas.

Os analistas temem que a guerra comercial provoque mais **inflação**, mais desemprego e menos crescimento.

Trump alega que a economia dos Estados Unidos foi "saqueada" durante anos pelo resto do mundo.

Na semana passada, ele anunciou uma tarifa geral de 10% sobre todos os produtos importados, à qual são adicionadas tarifas específicas por países, incluindo os Estados da União Europeia (20%) ou o Vietnã (46%), que devem entrar em vigor na quarta-feira (9).

Os 27 países da UE tentam buscar uma resposta comum e o bloco assinalou que poderia apresentar na próxima semana sua resposta às tarifas impostas por Trump.

Bruxelas também propôs uma isenção total e recíproca de direitos de aduana para os produtos industriais, inclusive automóveis, mas Trump disse na segunda-feira que isto não era suficiente para equilibrar o déficit comercial dos Estados Unidos com a UE.

O secretário do Tesouro americano, Scott Bessent, afirmou em uma entrevista ao canal Fox News que as tarifas de importação anunciadas em 2 de abril servirão para colocar os Estados Unidos em uma posição de força.

Segundo Bessent, uma vez que recebam garantias de outros países sobre como abrirão ainda mais seus mercados aos produtos americanos,

"o presidente Trump estará pronto para negociar". Ele disse que "quase 70 países" já entraram em contato com Washington.

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-0904202505%20-%20cf370a5f5c82be91337a26e3e6479b99.pdf

Produção industrial recua 0,2% em fevereiro no Estado

JULIANA SODRÉ

Em fevereiro de 2025, a produção industrial mineira apresentou variação negativa de 0,2% frente ao mês imediatamente anterior, na série livre de influências sazonais. Minas Gerais foi uma das sete unidades da federação com taxa negativa. Outras oito apontaram expansão, com destaque para Pernambuco com a alta mais expressiva do mês, alcançando 6,5%. Os dados foram divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na comparação com igual mês do ano anterior, o setor industrial mineiro apontou queda um pouco maior, de 0,7%. O índice é mais baixo que a média nacional, que foi de alta de 1,5%. No acumulado do ano, considerando os meses de janeiro e fevereiro, Minas também apresenta variação negativa, caindo 0,5% na produção industrial. Entretanto, os índices negativos não impactaram ainda no acumulado dos últimos 12 meses. No período de um ano, Minas Gerais marca expansão de 1,6%.

As indústrias extrativas foram as principais responsáveis pelo desempenho negativo de Minas Gerais em fevereiro na comparação anual. Conforme os números divulgados pelo IBGE, em relação ao mesmo mês de 2024, elas desempenharam 1,81% a menos. O setor de máquinas e equipamentos (-0,32%), o de bebidas (-0,16%) e o de metalurgia (-0,5%) também contribuíram para a queda no desempenho geral.

Os dados vão de encontro aos resultados apresentados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) no mês passado em que foi divulgado queda de 32% na receita com exportações do minério de ferro no primeiro bimestre do ano. O recuo nas exportações foi atrelado à retração na demanda mundial da commodity, além do cenário de incertezas no comércio internacional.

O contexto econômico, para a economista do IBGE, Alessandra Coelho de Oliveira, é o principal motivador do desempenho. Segundo ela, de setembro a fevereiro, Minas Gerais teve resultado negativo em todos os meses, com exceção de janeiro que apontou crescimento de 1%.

"A gente tem tido estes resultados negativos com mais

frequência, relacionados ao aumento dos juros e à política monetária que tenta controlar a **inflação**. Eles acabam restringindo as linhas de crédito e reduzindo os maiores investimentos. Além de impactar o consumo das famílias também", comenta.

Indústria extrativa puxa queda - A analista da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg), Juliana Gagliardi, explica que a representatividade da indústria extrativa no Estado é muito forte, o que acaba puxando a queda do resultado geral.

"Embora o desempenho das extrativas tenha caído também no Brasil, ela caiu de forma mais acentuada em Minas e como ela tem um peso mais representativo por aqui em comparação a indústria nacional, acaba sendo a responsável pela queda", observa.

O peso da indústria extrativa também explica a queda na produção no acumulado do ano no Estado (-0,5%), enquanto o Brasil registra alta de 1,4% no primeiro bimestre de 2025, detalha a economista. Entretanto, reforça que os números já demonstram um panorama geral da economia para este ano.

"Importante a gente destacar que o Brasil já tem apresentado uma desaceleração e a gente consegue ver isso nos resultados mês a mês de fevereiro para janeiro. Tanto Minas quanto o Brasil têm apresentado leves quedas no desempenho. Essa pequena desaceleração já é um panorama geral em 2025", ressalta.

Outra queda que a economista da Fiemg destaca é a do setor de metalurgia. Se comparado com janeiro deste ano, a produção foi 3,2% menor. "É um setor muito significativo no Estado também. O setor teve uma queda expressiva muito por conta da competitividade com os chineses. A China colocou tarifas muito competitivas e isso prejudicou o setor metalúrgico daqui", explica.

Sobre o desempenho do setor de máquinas e equipamentos, a economista atribui a queda à alta da taxa de juros e às pressões inflacionárias. Segundo ela, juros altos limitam o acesso ao crédito e consequentemente os investimentos em máquinas e equipamentos.

Site: <https://centraldoleitor.diariodocomercio.com.br>